

ok



capitalismo - Brasil



1290001023



IE

TCC/UNICAMP G132t

UNICAMP

INSTITUTO DE ECONOMIA



TÍTULO :

TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: A REVISÃO DE UM DEBATE

200.227.150

Trabalho de Monografia apresentado
na matéria CE-851 Monografia II

Autora : Silvia Helena Fernandes Galera

Orientadora: Wilma Peres Costa / 1952-

Banca: Lúcia Osório

Apresentação e Defesa Oral

Dezembro de 1990 /

ÍNDICE

- Apresentação.....	03.
- Capítulo I : Transição Capitalista no Brasil na visão de C. FURTADO.....	08.
- Capítulo II: Transição Capitalista no Brasil na visão de C. PRADO JR.....	26.
- Capítulo III: Capitalismo Tardio: uma proposta de revisão crítica.....	31.
- Bibliografia.....	66.



UNICAMP

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este texto pretende mostrar como duas historiografias básicas, a furtadiana e a caiopradiana, deram origem à uma nova interpretação da transição capitalista no Brasil.

Para tanto, buscamos apresentar os principais pontos dessas duas historiografias, no intuito de demonstrar a forma como tratam o problema da transição capitalista brasileira.

A escolha dessas duas fontes principais, está relacionada à importância das mesmas dentro da historiografia brasileira, onde a caiopradiana, destaca-se como a primeira análise marxista da história do Brasil, onde C. PRADO JR. busca, compreender, dialéticamente, o processo histórico brasileiro. Trata-se realmente, de um marco, de um divisor de águas dentro da historiografia brasileira, pois depois dela, a história econômica brasileira não mais poderia ser analisada de forma tradicional, sem perceber as contradições inerentes à cada fase de seu processo evolutivo, sem entender a economia brasileira dentro do contexto do capitalismo mundial, sem perceber as relações sociais de sua estrutura produtiva.

Já a escolha da historiografia furtadiana está relacionada à importância dos marcos teóricos dentro da qual ela foi moldada, ou seja, dentro dos marcos da CEPAL, onde C. FURTADO se destaca como um de seus principais teóricos, com uma

contribuição significativa para sua teoria do subdesenvolvimento. A historiografia furtadiana (cepalina) está nas raízes do pensamento econômico do Instituto de Economia da Unicamp. principalmente, este fato nos levou a adotá-la como um de nossos pontos de referência, tentando perceber como essa historiografia continuou, ou não, influenciando a produção teórica dessa escola de pensamento.

Tendo em vista, tal objetivo, optamos por centralizar nossa análise na obra de CARDOSO DE MELLO, considerando-se que esta ofereceria melhor campo para nossa pesquisa, dada a sua proposta de revisão crítica da história econômica brasileira, tendo como ponto de partida a historiografia furtadiana.

CAPÍTULO I

A TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL NA VISÃO DE C. EURIADO

A TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL NA VISÃO DE C. FURTADO

Para analisar a transição capitalista no Brasil, na visão de Celso FURTADO é fundamental ter como base de referência, as idéias principais da escola de pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), considerando-se que este é o suporte teórico básico das obras de Celso FURTADO. Sem esse referencial não é possível esclarecer a forma que a transição capitalista assume nos trabalhos desse autor.

Assim sendo, faz-se necessário recorrer à teoria cepalina para a exposição de alguns de seus conceitos fundamentais ⁽¹⁾, sem esquecer a contribuição fundamental de C. FURTADO à elaboração dessa mesma teoria.

O conceito do sistema Centro-Periferia é um dos pilares teóricos da Cepal, neste sistema está implícita a idéia de um desenvolvimento desigual originário, que seria a base do pensamento cepalino. Nesse sistema, os Centros seriam aquelas economias em que as técnicas capitalistas de produção penetram em primeiro lugar, onde o progresso técnico se difunde por toda a estrutura produtiva, conformando assim, um estrutura diversificada e homogênea. A Periferia, seriam as economias que teriam como ponto de partida, um atraso inicial de sua estrutura produtiva em relação ao Centro. Na fase de desenvolvimento para fora, as técnicas novas são implantadas apenas nos setores exportadores de produtos primários e em atividades a ele ligadas,

conformando uma estrutura produtiva heterogênea, onde coexistem setores tecnicamente mais avançados e mais atrasados. A Periferia, no seu papel de exportadora de produtos primários, é dependente do Centro, no sentido que depende de sua demanda para estimular sua economia.

Ao contrário das economias centrais, as economias periféricas possuem uma estrutura produtiva especializada e heterogênea. Especializada, porque seus recursos se canalizam primordialmente, para o setor exportador, sendo os demais setores atendido através de importações e, heterogênea porque na sua estrutura produtiva coexistem setores com alto nível de produtividade e setores que utilizam tecnologias antiquadas, com baixa produtividade.

É sobre essa diferença estrutural, entre Centro e Periferia, que fundamenta a visão da CEPAL acerca da Divisão Internacional do Trabalho, divisão onde caberia à Periferia produzir e exportar matérias-primas e alimentos, e ao Centro, produzir e exportar bens industriais para o sistema econômico em seu conjunto.

Para a CEPAL, é fundamental perceber que a desigualdade é inerente ao processo de desenvolvimento mundial, ou seja, trata-se de uma tendência de longo prazo, que aprofundará ainda mais as diferenças existentes entre Centro e Periferia.

Outro conceito fundamental da teoria cepalina, é o conceito de Deterioração dos Termos de Troca, este seria um processo pelo qual a Periferia perderia poder de compra frente

aos produtos industriais do Centro, sendo necessário cada vez maior quantidade de produtos primários para adquirir os mesmos produtos industriais.

Para a CEPAL, a deterioração dos termos de troca significa transferência e concentração dos resultados do progresso técnico nos centros industriais. Sendo que, a causa principal da deterioração estaria na geração contínua de excedente de mão-de-obra na Periferia, pois este excedente, geraria uma pressão constante sobre os salários do setor exportador e sobre os preços dessa produção.

A Deterioração dos Termos de Troca, é vista pela CEPAL, como uma tendência de longo prazo, típica da troca de bens que se estabelece entre Centro e Periferia. Esta tendência se manifesta através das flutuações cíclicas do Capitalismo, onde nas fase de auge, os preços dos produtos primários aumentam mais que os preços dos produtos industriais, e, nas fases de declínio, a redução dos preços dos produtos primários é maior. Dessas variações conjunturais resultam a tendência à deterioração, a longo prazo dos termos de troca.

A desigualdade estrutural entre Centro e Periferia, dado que o atraso relativo desta última, a impediria de gerar e incorporar progresso técnico na sua estrutura produtiva da mesma forma que o Centro, também explicaria, em última instância, a deterioração dos termos de troca.

Na concepção do sistema Centro-Periferia, pela CEPAL, a industrialização é vista como um fato real e espontâneo, que significaria uma mudança no modelo de crescimento da Periferia, passando-se da fase de desenvolvimento para fora,

baseada nas exportações, para o desenvolvimento para dentro, baseado na ampliação da produção industrial.

Para a CEPAL, o fenômeno industrialização, está ligado a transformações, à nível mundial, na economia, como por exemplo, a acontecimentos conjunturais como a I e a II Guerra Mundial, e a Crise Mundial de 1929, que ao criarem barreiras às importações e dinamizarem a demanda das exportações, impulsionaram a industrialização latino-americana.

Assim, a industrialização latino-americana, para a CEPAL, foi uma resposta a esses impulsos conjunturais, mas também relacionada ao novo cenário econômico mundial, que se conforma com os Estados Unidos no papel de centro dinâmico da economia mundial, mudança significativa devido ao caráter mais fechado da economia norte-americana.

Essa mudança, implicou numa transferência mais lenta das oscilações cíclicas da economia mundial, na sua fase de auge, à Periferia, isto levou à uma tendência ao déficit externo permanente da periferia. Essa tendência se transforma em impulso para o processo espontâneo de industrialização da Periferia, tendo em vista, que o déficit externo continuado provoca medidas restritivas de importações, estimulando a substituição das mesmas pela produção interna.

A CEPAL, coloca a industrialização da Periferia como consequência inevitável, ao se atingir certo nível de desenvolvimento da economia mundial, a industrialização seria o caminho obrigatório do desenvolvimento periférico, não existindo outro caminho a seguir. A economia mundial, ao alcançar certos

níveis de produtividade e renda média, o livre jogo das forças dessa economia impulsiona, espontaneamente, a expansão da industrialização. Esta passa a ser a forma principal e necessária de crescimento das economias periféricas.

Mas o processo de industrialização não significa a eliminação dos problemas enfrentados pela Periferia, prosseguem os problemas com Balanço de Pagamentos, com a deterioração dos termos de troca, permanecem as dificuldades de utilização e acumulação de capital. A industrialização não permite que se eliminem os atrasos da Periferia em relação ao Centro, as diferenças estruturais permanecem, apenas os atrasos se reproduzem em novos níveis.

A teoria cepalina tem um modo particular de periodização histórica: etapa de desenvolvimento para fora, onde a Periferia seria especializada e heterogênea, dependente da demanda externa, incapaz de sustentar seu próprio crescimento, e a etapa de desenvolvimento para dentro, ou de substituição de importações, ou de industrialização, onde apesar da Periferia aumentar sua diversidade produtiva, não elimina a falta de complementaridade entre os setores produtivos e permanece na condição de primário-exportadora, mas com a internalização do setor dinâmico da economia, já que deixa de depender do setor externo para crescer.

Posto esses elementos básicos da teoria cepalina, tem-se o instrumental teórico necessário à análise da questão da transição capitalista na obra de C. FURTADO⁽²⁾. Para tanto, ter-se-á como ponto de partida, uma análise da economia colonial, esperando com isso, resgatar os pontos centrais dessa economia e

perceber sua importância na estruturação da economia brasileira.

A economia colonial brasileira se estabelece visando a defesa dos territórios portugueses no Novo Mundo, e conforme aponta C. FURTADO, para esse fim, implantam-se aqui empresas agrícolas que ao explorarem (e ocuparem) a terra, garantem o domínio portugueses. O empreendimento colonial, ao se basear na exploração agrícola de produtos de grande aceitação no mercado europeu, faz com que a economia colonial passe a fazer parte da economia européia, estabelecendo um fluxo de comércio entre elas, tendo de um lado, envio de técnicas e capital, e de outro, envio de produtos agrícolas. A Colônia, como grande plantação de produtos tropicais, estava intimamente integrada na economia européia, sendo delas dependente, não se constituindo em um sistema autônomo, sendo apenas um prolongamento de sistemas maiores.

A estrutura produtiva da Colônia, estava assentada sobre três pilares básicos: monocultura, ou seja, um único produto tropical com intensa procura nas economias centrais; grande propriedade agrícola, em exigência da técnica de produção; mão-de-obra escrava, já que a Colônia necessitava de mão-de-obra barata, não podendo recorrer à imigração européia, pois isto exigiria que se oferecesse um nível salarial suficientemente alto, para impedir que esses imigrantes se tornassem pequenos proprietários, e se votassem para uma economia de subsistência, dada a extensão de terras então disponíveis.

Durante a economia colonial, conformaram-se os seguintes sistemas econômicos: economia açucareira e economia criatória do Nordeste, constituindo, o que C. FURTADO chama de

Complexo Nordestino, e, a economia mineira que se articula com uma atividade criatória do Sul do país.

A economia açucareira, como sistema econômico inserido na economia colonial, tem sua estrutura produtiva pré-estabelecida de acordo com os parâmetros da economia colonial, sendo o mercado externo seu principal fator dinâmico, sua expansão (ou retração) é ditada pelos movimentos desse mercado, como sistema econômico colonial, apenas refletia o que se passava nas economias centrais, sendo incapaz de autodeterminar seu desenvolvimento. Além disso, ao permitir, que se estabeleça um fluxo de renda entre as unidades produtivas em seu conjunto e o exterior, já que toda necessidade de consumo interno era satisfeita através de importações, permite que se desvie para o exterior todos os estímulos advindos da economia colonial.

Apesar, do caráter subordinado da economia açucareira, esta consegue, conforme aponta C. FURTADO, projetar um segundo sistema econômico no Nordeste do país, a pecuária, uma atividade de subsistência e dependente da economia açucareira, pois a expansão desta é que comanda a expansão da atividade criatória. Esta atividade representava um mercado de pequenas dimensões, onde o trabalho escravo não era predominante e, se tratava de uma atividade extensiva, voltada para a subsistência .

O Complexo Nordestino, entra em lento processo de decadência na segunda metade do século XVII, pois, o principal sistema econômico desse complexo (a economia açucareira), se desorganiza em função da concorrência antilhana, este processo se mantém até o início do século XIX, quando entrarão em cena novos

elementos capazes de modificar essa tendência.

No final do século XVII, a Colônia se encontra num estado de estagnação econômica e pobreza, e é esse quadro desfavorável que explica a rapidez com que a economia mineira se desenvolveu nas primeiras décadas do século XVIII.

Com a economia mineira, estrutura-se outro importante sistema econômico colonial, atraindo população e recursos para uma região mais central do país, o trabalho escravo continua sendo utilizado, mas sua importância diminui, dado que aumenta a participação da população livre no trabalho. Com a economia mineira, desenvolvem-se atividades ligadas ao mercado interno, estimulá-se a atividade criatória do Nordeste, e principalmente, a do Sul do país.

Mas a economia mineira, da mesma forma que se desenvolve rapidamente, também entra em rápido processo de decadência, sendo que em 1760, atinge o ponto máximo de exportação de ouro e, já em 1780, entra em decadência.

Assim no final do século XVIII, se desenha um quadro econômico de estagnação ou decadência, onde apenas o Maranhão alcança certa prosperidade, graças ao algodão.

No século XIX, o processo de independência significou a eliminação do entreposto comercial português, isto permite que o preço dos artigos importados diminua, trazendo abundância de suprimentos, maiores facilidades de crédito e outras vantagens para a classe dos agricultores.

Para C. FURTADO, não foram os privilégios concedidos à Inglaterra, no processo de independência brasileiro, que

impediram que o Brasil se torna-se uma nação industrializada, já na primeira metade do século XIX, o que realmente impediu essa transformação foi o fato de inexistir, no país, uma classe capaz de realizar esse movimento, havia apenas a classe dos proprietários agrícolas, que ocupa o poder ao término do domínio português, mas que não tinha capacidade ou interesse de tornar o Brasil uma nação industrializada já nesse período.

Os acordos ingleses, dificultaram mais não impediram a industrialização do Brasil, não foi a falta de protecionismo que retardou o processo de industrialização brasileiro, pois, nesse período, em função do forte desequilíbrio da economia brasileira, provocado pela diminuição dos preços de exportação e, aumento dos gastos do Brasil independente, e pela eliminação do entreposto português, que diminui os preços dos produtos importados, aumentando sua procura, todos esses fatores tem reflexos sobre o Balanço de Pagamentos e repercute sobre a taxa de câmbio. A forma de financiamento do déficit, também repercute na taxa de câmbio. Opta-se por resolver esse desequilíbrio através da desvalorização da taxa de câmbio, tendo como consequência, um forte aumento dos produtos importados. Isto funcionou como um protecionismo mais forte do que uma tarifa de 50% "ad valorem".

Assim, não foi por falta de protecionismo que o Brasil não se industrializa já na primeira metade do século XIX, como os EUA. Outros fatores tais como: inexistência de uma classe dominante capaz de realizar esse movimento, não ter uma base econômica consolidada; não fazer parte integrante do desenvolvimento da própria economia européia no período, também contribuem para explicar esse atraso.

Para C. FURTADO, a condição básica para o desenvolvimento do país, nessa fase, seria aumentar as exportações, aumentando, assim, a capacidade de importar da economia brasileira, que daria a base para o processo de industrialização. Criar ou aumentar capacidade para importar, é condição fundamental para industrializar um país com base técnica precária e ineficiente, somente a expansão das exportações proporcionaria maior capacidade de importação. Como na primeira metade do século XIX, as exportações crescem lentamente, C. FURTADO, julga esse fator como o principal a impedir a criação da capacidade para importar.

Para C. FURTADO, o país só sairia dessa situação de estagnação econômica se fosse possível reintegrá-lo nas linhas em expansão do comércio mundial, está era a única opção de desenvolvimento para um país sem base técnica e sem capitais. O mercado interno ainda não poderia servir de base para o processo de desenvolvimento econômico, isto só seria viável se existesse certo grau de autonomia tecnológica.

O Brasil, encontrava dificuldades para se inserir novamente na corrente do comércio exterior com seus produtos tradicionais de exportação, dado que estes não apresentavam boas perspectivas de comercialização. O produto que recolocaria o país no comércio exterior, teria que exigir como fator básico de produção a terra, dado que no momento, inexistiam no país capitais e mão-de-obra em abundância. Somente o café se encaixa nessas características, e é ele o responsável pela aumento das exportações brasileiras, na primeira metade do século XIX.

O café se desenvolve na região próxima à capital do país, onde encontra relativa abundância de mão-de-obra, devido à desagregação da economia mineira, além disso, também estava próxima ao porto, o que solucionava o problema do transporte. Nesta primeira fase de expansão cafeeira, utiliza-se recursos já existentes, mas subutilizados, deixados pela economia mineira.

O período de 1825 a 1875, corresponderia, segundo C. FURTADO, ao período de gestação da economia cafeeira, que utiliza intensivamente o fator terra, permanece baseado no trabalho escravo, mas exige menor grau de capitalização do que a economia cafeeira. Nesse período, forma-se uma nova classe empresária, que terá papel fundamental no desenvolvimento futuro do país, trata-se dos homens que se dedicavam à comercialização do principal mercado consumidor do país, o Rio de Janeiro, que ao acumularem capital nessa atividade, passam também, a produzir café. Assim, na economia cafeeira tem-se a união da esfera da comercialização e da esfera produtiva.

Esses homens do café controlam o governo, e usam esse controle attingir seus objetivos de política econômica. Eles têm uma consciência clara de seus interesses e, para C. FURTADO é isto que os diferencia dos grupos dominantes anteriores.

Por volta de 1875, o café aparece como produto capaz de reintegrar o país nas linhas de comércio mundial. Ao terminar sua etapa de gestação, a economia cafeeira tinha condições de auto-financiar sua expansão, e já tinha se formado os quadros de uma nova classe dirigente, que lideraria a grande expansão cafeeira, o único problema que se apresentava à essa expansão era a questão da mão-de-obra, já que a extinção do tráfico de

escravos começa a se tornar uma camisa de força para essa expansão. A solução encontrada foi promover a imigração europeia. A abolição da escravidão, significou o fim de um dos pilares de sustentação da economia colonial, e que ao permanecer até o século XIX, entorpecia o desenvolvimento econômico do país.

Na segunda metade do século XIX, a economia brasileira apresenta altas taxas de crescimento, como o comércio exterior é o fator dinâmico do sistema, é o seu comportamento que explica esse processo de crescimento. Os setores econômicos ligados a ele cresceram significativamente no período. A economia de subsistência se beneficiou, indiretamente, dessa expansão.

E na expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, que se modificam as bases do sistema econômico, essa expansão constitui uma fase de transição econômica, caminha-se de uma economia colonial para uma economia nacional, primário-exportadora.

A partir do final do século XIX, começa a se configurar uma nova etapa do desenvolvimento econômico brasileiro. O Brasil consegue se reintegrar nas linhas de comércio internacional, através de um produto agrícola: café, cresce a importância do trabalho assalariado na economia.

O fluxo de renda, na economia cafeeira baseada no trabalho assalariado, gera efeitos diferentes do fluxo de uma economia escravista. Com o regime de trabalho assalariado, a renda gerada no setor exportador se divide entre renda dos assalariados e renda dos proprietários. C. FURTADO utiliza o multiplicador keynesiano para mostrar o efeito dinâmico da

propagação do fluxo de renda na economia.

No final do século XIX, o fator dinâmico da economia ainda é o mercado externo, a economia brasileira ainda reflete seus movimentos, ainda é o setor exportador quem repassa para o resto da economia os estímulos, é ele quem impulsiona o mercado interno, pois, numa economia baseada no trabalho assalariado, um aumento dos salários do setor exportador, constitui um grande estímulo ao mercado interno.

A partir das duas últimas décadas do século XIX até por volta de 1930, monta-se um esquema de defesa da economia cafeeira, que será de vital importância para as próximas etapas do desenvolvimento econômico brasileiro. Esse esquema de defesa tem dois mecanismos de defesa, aos quais se recorre em épocas distintas, o primeiro mecanismo a ser utilizado, foi a depreciação cambial, quando se esgotam as possibilidades de sua utilização, recorre-se às políticas de valorização. O primeiro mecanismo não tinha o objetivo explícito de defender o setor cafeeiro, mas o segundo já tem essa característica.

O primeiro mecanismo, permite que se preservem os interesses dos cafeicultores nas fases recessivas do ciclo econômico, onde se teria a eliminação dos produtores mais deficientes e mais frágeis financeiramente. Ao se optar pelo mecanismo de reajuste do Balanço de Pagamentos através da desvalorização cambial, transfere-se os prejuízos da fase recessiva para a grande massa de consumidores, que se veem as voltas com maiores preços dos produtos importados, e beneficia os exportadores, permitindo a manutenção dos lucros mesmo na fase

recessiva. Tem-se um processo de concentração de riquezas nas mãos do setro exportador.

A economia dependente procura manter seu nível de emprego, mesmo nas fases recessivas, para evitar um aprofundamento maior da crise. Isso só seria possível se o ônus da crise não recaísse sobre os lucros dos cafeicultores.

No final do século XIX, o Brasil responde por 75% da oferta mundial de café, isso não se deu em função de aumento da procura internacional, mas sim devido à grande disponibilidade de mão-de-obra e terras para expandir a cultura cafeeira. E também por ser o café, o produto com maiores vantagens e perspectivas no mercado internacional, além de ter seu preço internacional em alta. Começa assim, a ocorrer superproduções de café.

Até 1893, utiliza-se o mecanismo de depreciação cambial, mas a partir de 1897 esgotam-se as possibilidades de usar esse recurso. Isto mais o problema das superproduções, provocam a adoção das políticas de valorização do café, o segundo mecanismo deliberado de defesa do café, onde o governo compra a produção excedente de café e a retira do mercado, através da formação de estoques reguladores da oferta, até o mercado se tornar mais receptivo. Empréstimos estrangeiros financiariam a formação desses estoques.

Apesar da política de valorização também se incumbir de desestimular a produção cafeeira, seu plano de defesa acaba fazendo com que os lucros permaneçam altos, atraindo novos capitais e, aumentando cada vez mais a oferta.

Para C. FURTADO, os mecanismos de defesa do café conseguem se manter até 1930. A Crise Mundial de 1929, foi uma

crise cíclica que veio apenas reforçar uma situação de desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda, que já existia.

O erro dessa política de valorização, segundo C. FURTADO, foi não levar em conta as características próprias de uma atividade econômica tipicamente colonial, mantendo-se elevados os preços internacionais do café, criaram-se condições para um desequilíbrio entre oferta e demanda cada vez mais profundo. Isso só seria evitado, através de uma política de desestímulo aos investimentos em café, e oferecendo alternativas para os empresários aplicarem seus recursos de forma tão lucrativa como na economia cafeeira.

Na crise mundial de 1929, o Brasil se encontra numa situação de supreprodução de café, como não havia como obter crédito no exterior para financiar novos estoques, recorre-se à depreciação cambial, transferindo, assim os prejuízos decorrentes da queda do preço internacional do café, para os consumidores de produtos importados.

Os estoques deveriam ser mantidos, para não diminuir ainda mais o preço internacional, como não havia outras possibilidades, os estoques acabam sendo financiados através da expansão do crédito. O estoque de café era invendável, a única saída era destruí-lo, somente assim, obter-se-ia o equilíbrio entre oferta e demanda. Essa política de formação de estoque e destruição do café, visava claramente proteger o setor cafeeiro. Além disso, ao garantir um preço mínimo para a compra de café, garantia o nível de emprego no setor exportador.

Para C. FURTADO, a política de defesa do café nos anos

30, era um program de estímulo à renda nacional. Era a prática, inconsciente, de uma política anti-cíclica. Essa política explica a rápida recuperação da economia brasileira na década de 30.

A economia brasileira já começa a se recuperar em 1933, e não motivada por estímulos externos, mas devido à política de estímulo à renda nacional que se praticou inconscientemente, no país para defender os interesses do setor cafeeiro, o financiamento interno dos estoques permite isso.

A política de defesa do café, baseada na expansão do crédito, contribuiu para manter o nível de procura e de emprego, mas aprofundou ainda mais o desequilíbrio externo. A correção desse desequilíbrio se faz através da depreciação cambial, aumentando preço dos produtos importados. Isso ao mesmo tempo em que se contrai a renda monetária da economia tem como resultado, a diminuição da procura por produtos importados.

Nessa etapa da depressão, cresce a importância da procura interna como elemento dinâmico. Se a procura interna é mantida, o setor que produz para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de investimento que o setor exportador. Com isso o setor ligado ao mercado interno passa a preponderar na economia brasileira. Nos anos após a crise de 1929, o mercado interno passa a ser o fator dinâmico da economia brasileira. Intensificam-se as atividades ligadas a ele, e num primeiro momento, a produção interna se expande aproveitando, mais intensamente, a capacidade já instalada no país.

Nos anos 30, a economia brasileira encontra estímulos no seu próprio interior, para anular os efeitos recessivos vindos do exterior e continuar crescendo. Nesse período, o Brasil

deixa de ter sua dinâmica ditada pelo impulso externo, a procura interna não diminui ao diminuir a procura externa, isto reflete a amplitude com que foram defendidos os interesses do café. O financiamento de estoques com expansão do crédito teve grandes consequências. Mantendo-se a procura monetária, em nível relativamente alto, no setor exportador, o encarecimento das importações e a existência de uma capacidade ociosa, em algumas indústrias voltadas para o mercado interno, além da existência de um pequeno núcleo de indústria de bens de capital, são fatores que explicam o rápido crescimento da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico da economia brasileira.

Nos anos 30, o desenvolvimento econômico brasileiro foi baseado no mercado interno, e, se deu no sentido de substituição de importações, diminuindo o coeficiente de importações da economia brasileira. No pós-guerra, esse coeficiente aumenta bruscamente, não apenas em função do consumo reprimido de importações, mas também porque houve uma certa recuperação da moeda brasileira em função das reservas acumuladas e do processo inflacionário. Essa tendência só seria corrigida ou através da desvalorização cambial, ou impondo-se uma seletividade das importações. Optou-se pela seletividade.

O critério de seletividade das importações permite que se aumente as importações de bens de capital e matérias-primas e, a importação de produtos acabados. Isto favorece o setor industrial de duas maneiras: diminui a possibilidade de concorrência externa e, torna mais baratos bens de capital e matérias-primas, projetando uma situação favorável ao

investimento nas indústrias ligadas ao mercado interno. A política cambial do pós-guerra e o critério de seletividade impediram que a renda interna fosse canalizada para a compra de produtos acabados importados, possibilitaram a concentração de grande parte da renda nas mãos dos empresários industriais.

Assim, na primeira metade do século XX, surge um sistema econômico que tem como centro dinâmico o mercado interno. Nesta fase, o papel do mercado externo deixa de ser o fator dinâmico da economia brasileira, mas ele tem um novo papel a desempenhar, ele se torna importante como elemento estratégico no processo de formação de capitais, torna-se importante canal de penetração de processos tecnológicos mais avançados, permitindo que o país importe os bens de capital e a tecnologia necessária a etapa do desenvolvimento econômico em que o país se encontra.

NOTAS

- (1) - RODRIGUES, Otávio. Teoria do Subdesenvolvimento da
Cepal. Rio de Janeiro, Forense-Universitária,
1981.
- (2) - FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 22 ed.
São Paulo, Ed. Nacional, 1987.
- Formação Econômica da América Latina.
2 ed. Rio de Janeiro, Lia Editora, 1970.

CAPÍTULO II :

TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL NA VISÃO DE C. PRADO JR.

A TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL NA VISÃO DE C. PRADO JR.

Para analisar a forma particular que a questão da transição capitalista no Brasil assume na obra caiopradiana, faz-se necessário reconstituir, em linhas gerais, a evolução econômica brasileira contida nessa historiografia, procurando dessa forma, apreender os elementos essenciais para entender tal transição.⁽¹⁾

Dessa forma, torna-se necessário resgatar as características fundamentais das diferentes fases da evolução econômica brasileira e, perceber quais delas permanecem por todo processo evolutivo, apresentando-se sob novas formas, mas não perdendo, no entanto, a sua essência ao longo desse processo.

Torna-se necessário eleger como ponto de partida o período colonial brasileiro, tendo em vista, que para Caio PRADO JR., é neste período que conforma-se uma característica que permanecerá por longo tempo na formação econômica brasileira e, que deixará marcas profundas na vida do país, tal característica é essencial para entender a transição capitalista no Brasil.

Antes porém, cabe ressaltar a visão particular de C. PRADO JR, quanto a Colonização brasileira, em particular, e a dos trópicos, em geral. Tais colonizações devem ser entendidas dentro do contexto histórico, mais geral, em que foram promovidas, ou seja, dentro do movimento de expansão do comércio europeu no século XV. Como o comércio era o principal interesse, o autor aponta que "... a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma

(2)
vasta empresa comercial...", destinada a explorar os recursos naturais dos novos territórios, em benefício do comércio europeu. (3)
Este será "... o verdadeiro sentido da Colonização tropical." Isto que explicará os elementos fundamentais sociais e econômicos das economias tropicais. Assim, percebe-se que a economia brasileira foi constituída para fornecer gêneros tropicais para o comércio europeu, apenas este objetivo exterior era importante e, foi voltado para esse fim que se organizou a sociedade e a economia brasileira. A Colônia foi uma organização mercantil, destinada a atender, exclusivamente, os interesses do comércio europeu.

Na visão de C. PRADO JR., durante o período colonial não foi possível constituir uma economia nacional, no sentido de existir um sistema produtivo e distributivo de recursos voltado para as necessidades internas do país. Todas as atividades do país estavam voltadas para o comércio exterior de produtos tropicais de alto valor mercantil, tudo mais era secundário e existia em função desse fim maior, representado pelo comércio exterior.

Tratava-se, então, de uma colonização que tinha seus elementos motivadores situados no exterior. Esta é a característica fundamental para compreender a evolução econômica brasileira, pois ela, não só marcará profundamente o desenvolvimento do país, como permanecerá nas suas diferentes fases, adaptando-se à novas condições, mas jamais sendo alterada em sua essência. Nosso objetivo, será mostrar como e porque isto ocorre, para tanto, será necessário reconstituir a análise da

história econômica brasileira empreendida por C. PRADO JR..

O autor, considera o ano de 1808, como o início de uma nova fase da evolução econômica brasileira, mesmo que a liberdade comercial, decorrente da abertura dos portos, tivesse proporcionado grande estímulo econômico, não foi suficiente para impulsionar a formação de uma economia nacional, voltada para interesses internos. A economia brasileira não consegue concorrer com as mercadorias importadas do estrangeiro, enquanto perdurou o acordo tarifário entre Portugal e Inglaterra, foi impossível ao Brasil desenvolver a produção nacional, tendo em vista, a concorrência dos produtos importados. A produção nacional limita-se, cada vez mais, à produção de gêneros tropicais de exportação, prolongando o sistema econômico colonial por efeito de outra circunstância que não o exclusivismo metropolitano, neste período, ocorre, aliás, o aperfeiçoamento de tal sistema.

Mas a transferência da Corte Portuguesa e a subsequente emancipação política da Colônia, significaram uma nova fase da evolução econômica brasileira, no sentido que inicia-se um período diferente do anterior, estabelecendo-se uma nova ordem social e política, decorrente da nova condição do Brasil, como Nação livre e politicamente emancipada. Apesar de existirem essas novas condições, a estrutura fundamental da Colônia permaneceu, mais que isso, aprofundou-se em decorrência das novas situações enfrentadas pela Nação.

C. PRADO JR., aponta a existência de uma contradição, um desacordo fundamental entre a estrutura econômica legada pela

Colônia e a nova condição de uma Nação livre e politicamente emancipada. As necessidades dessa nova Nação entraram em choque com os limites impostos por essa estrutura arcaica, que impede o seu livre desenvolvimento.

Esse desacordo básico significou uma evolução econômica contraditória, onde de um lado, tinha-se significativo progresso material e desenvolvimento das forças produtivas, mas de outro, tinha-se um desequilíbrio profundo que afetava a vida do país e que agravava-se cada vez mais.

Um dos elementos da velho sistema que permaneceu na estrutura social do novo Estado, foi o trabalho escravo, e isto representava uma contradição profunda, tendo em vista, que a divisão da população em castas diferenciadas e opostas entre si, permanece na Nação livre.

As reformas econômicas, políticas e sociais iniciadas em 1808, somente se completam e se ajustam plenamente em 1850, quando ocorre a abolição do tráfico de escravos, somente aí, o país integra-se na nova etapa de seu desenvolvimento. Para C. PRADO JR., o período 1808-1850, pode ser caracterizado pelas grandes modificações na vida econômica, política e social do país, onde o processo de dissolução do sistema colonial iniciou-se pelo seu elo mais fraco, ou seja, o tráfico de escravos. No fim desse período, o país toma um novo ritmo evolutivo.

Uma verdadeira revolução na distribuição das atividades produtivas do país é identificada por C. PRADO JR., a partir da segunda metade do século XIX, trata-se do desenvolvimento da lavoura cafeeira, que significou, o primeiro fator de reajustamento da economia do país, abalada desde sua

emancipação econômica e política.

Iniciou-se, a partir de 1850, uma nova fase da evolução econômica brasileira, onde o desenvolvimento da lavoura cafeeira teve como consequência imediata, reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, ou seja, produção intensiva de poucos produtos destinados à exportação. A antiga estrutura, abalada pelas transformações do início do século XIX, além de recuperar-se, mantém-se ainda por muito tempo, graças ao café.

Reforçaram-se também, outros elementos do sistema econômico colonial que mantinham-se no Brasil independente, como a grande propriedade monocultural com trabalho escravo, que apesar das contradições, conseguiu reestabilizar na sua base a economia do país.

Para C. PRADO JR., havia um aparente equilíbrio econômico nesse período que, no entanto, não conseguia camuflar as profundas contradições do sistema, que estavam corroendo a base da estrutura econômica e social do país, desta forma, logo surgiram desajustes e conflitos, entre os quais destaca-se a questão do trabalho escravo. O capitalismo é incompatível com a escravidão, o capital permite dispensá-lo, já que o trabalho assalariado apresenta menos riscos e, é mais vantajoso.

Levantando o problema da mão-de-obra, que o país enfrenta nesse período, o autor, coloca a questão da imigração européia, no século XIX, como intimamente ligada à questão da escravidão, encarando-as como dois aspectos distintos de um mesmo acontecimento fundamental da evolução brasileira: a transformação do regime de trabalho no país.

A imigração européia ocorre sob várias formas, até culminar com a transformação do imigrante em simples assalariados nas fazendas de café. O progresso do trabalho livre, condicionado, parcialmente, pela decadência da escravidão, acabou provocando uma desintegração mais rápida do trabalho escravo, tendo em vista, que o trabalhador livre é um elemento de dissolução do sistema escravista.

A segunda metade do século XIX, é identificada por C. PRADO JR., como o período de maior transformação econômica da história brasileira, após 1850, houve a remodelação da vida material do país, tivemos a abolição da escravidão desencadeando forças renovadoras, além disso, foi um período de grande prosperidade e ativação da economia.

O autor indica, nesta fase, a presença de um capitalismo incipiente, que começa a dar sinais de vida com um processo inicial de concentração de capitais, significando um ponto de partida para uma fase completamente nova, com grande expansão das forças produtivas do país. Foi um período de grandes empreendimentos, como estrada de ferro, navegação a vapor, instalação das primeiras manufaturas de certo peso e, expansão do comércio. Mas foi a agricultura que proporcionou o grande crescimento da produção brasileira, com o café com ótimas perspectivas no mercado internacional.

Todo esse progresso, apesar de algumas crises de crescimento, estendeu-se até o século XX, sendo que C. PRADO JR., identifica o período 1870-1880, como um dos momentos de maior prosperidade nacional, onde apesar da multiplicação dos empreendimentos industriais e comerciais, coube à agricultura, a

principal contribuição à acumulação de capital do período, sendo que isto foi possibilitado pela sua prosperidade e grande margem de lucro. Neste período, ocorreu também, uma multiplicação dos bancos, das empresas financeiras, das companhias de seguros, dos negócios da Bolsa, tudo isso, possibilitando, a captação e mobilização de capitais. Nesse período, esforçou-se por sincronizar a atividade do país ao mundo capitalista contemporâneo.

C. PRADO JR., aponta o papel relevante do Estado e do Capital estrangeiro nesse período de progresso econômico, tendo em vista, que grande parte dos empreendimentos necessários a um progresso futuro, estava fora do alcance dos capitais privados nacionais, que ainda era incipiente e frágil. O capital estrangeiro e o Estado tomaram a seu encargo empreendimentos como: estradas de ferro, aparelhamento portuário, obras urbanas, etc., proporcionando a base para um futuro desenvolvimento.

Essa importante etapa de remodelação econômica ocorreu sob o Império, que deixou, como saldo, um relativo progresso industrial, principalmente, no setor têxtil, que utilizou como mão-de-obra a população marginalizada que não se encaixava no binômio Senhor-Escravo, proporcionando uma mão-de-obra fácil e barata. Mas a nascente indústria brasileira necessitava mais do que isso e, não conseguirá ultrapassar os limites impostos pela organização econômica vigente, baseada no trabalho escravo e produção agrícola voltada à exportação, estes elementos continuavam a ser o núcleo da vida econômica brasileira, todo o resto era secundário.

Para C. PRADO JR., a economia brasileira estava num círculo vicioso, que só seria rompido através de grandes transformações: o fundamento da economia brasileira era a grande lavoura voltada para a exportação, isto constituía sua fraqueza orgânica, pois, de um lado era a responsável pela sua riqueza e produtividade nacional, por outro, reduzia as perspectivas de desenvolvimento da economia brasileira. Essa contradição era camuflada pela posição de produtor monopolista de café que o Brasil ocupava a nível do mercado internacional.

Mesmo que a economia brasileira tivesse sua expansão baseada no café, isto não era suficiente para sanar os graves problemas estruturais da economia brasileira, havia, além disso, o risco de estancamento dessa fonte de expansão.

Com a República, iniciou-se uma nova fase da evolução econômica brasileira, onde prossegue a expansão das forças produtivas verificadas no final do Império.

Entre 1889-1910, a economia brasileira esteve, segundo C. PRADO JR., voltada para a produção intensiva de matérias-primas e produtos tropicais destinados à exportação, dando continuidade ao processo anterior. Nesse período, há fatores internos e externos estimulando essa produção, quanto aos fatores externos, havia uma conjuntura internacional favorável, com grande aumento do comércio internacional, imperava um amplo liberalismo econômico internacional, no plano interno, solucionou-se o problema da mão-de-obra, tanto pela abolição da escravidão, como pela imigração, houve também, nesse período, o que C. PRADO JR. chama de eclosão do "espírito capitalista", que promove vários empreendimentos, mas encontrava restrições

morais para agir sob o Império.

Nesse período de grande crescimento, o Brasil tornou-se um dos grandes produtores de matérias-primas e produtos tropicais (borracha, cacau, mate, fumo, mas, principalmente o café), dedicando-se quase que exclusivamente a esse tipo de produção, deixando de lado, a produção de gêneros de consumo interno, optando pela sua importação.

Mas, ao mesmo tempo em que se ampliavam as forças produtivas do país e reforçava-se o sistema econômico, acentuavam-se fatores que comprometiam a estabilidade do sistema, pois, considerando-se que a principal atividade econômica do país era a produção de gêneros exportáveis, isto significava mercados sob os quais não era possível exercer controle algum, tratava-se então de um sistema econômico extremamente frágil. Os efeitos dessa contradição começaram a se fazer sentir e no auge da prosperidade iniciaram-se as primeiras crises graves. O café, principal produto de exportação, enfrenta problemas desde o início do século XX, com crises de superprodução, diminuição de preços, dificuldades de comercialização, etc.

No entanto, para C. PRADO JR., o desequilíbrio das contas externas provocado por esse quadro econômico grave, foi positivo, no sentido que acabou por estimular a diversificação das atividades econômicas e produtivas do país, proporcionando uma diminuição da dependência em relação ao exterior e, significando uma tentativa de reestabelecimento do equilíbrio externo. Ao explicitar tais pontos, C. PRADO JR., pretende mostrar que é do interior das contradições do próprio sistema

econômico que surgiram as forças transformadoras.

Para C. PRADO JR., a evolução da economia brasileira ocorre sob a ação de fatores contraditórios, por um lado, tem-se o desenvolvimento de um sistema centrado em poucas atividades de valor significativo, mas por outro, tem-se que esse mesmo desenvolvimento acabará originando fatores, que ao evoluírem, ameaçaram a estrutura econômica tradicional do país.

Na visão caioprudiana, a transição do Império para a República é encarada como uma crise de crescimento, efeito de esforços de adaptação à uma nova ordem internacional, vigente no final do século XIX. As transformações ocorridas nesse período, a abolição da escravidão, a transição para o trabalho livre, a República, o papel preponderante que o capital estrangeiro começa a ter no país, acabaram por levar o Brasil a ajustar-se ao equilíbrio mundial, se bem, que no papel de semi-colônia.

Nem mesmo a República conseguiu destruir a tradicional estrutura da economia brasileira, que mesmo sob o novo regime continua com suas características delineadas desde a Colônia. Apesar disso, com a República houve a possibilidade de uma política mais consciente de amparo à produção industrial nacional, através, por exemplo, dos sucessivos aumentos das tarifas alfandegárias com objetivo deliberado de proteger a produção nacional, antes isto ocorria pela simples necessidade financeira do Estado, não existia essa política deliberada.

A grande concentração industrial, verificada na primeira década do século XX, em São Paulo, é explicada por C. PRADO JR., como resultante do grande desenvolvimento da cultura

cafeira nesse estado, já que isto significou, aumento da riqueza e da população, além, da imigração européia ter proporcionado mão-de-obra com certa habilitação técnica. A indústria têxtil e a de alimentação respondiam pela maior parte dessa atividade industrial, utilizando pouca mão-se-obra e com montante de investimento insignificante.

Diante desse quadro econômico, a I Guerra Mundial significará grande impulso à indústria brasileira, pois acarretou a diminuição, ou até mesmo, a interrupção da importação de manufaturas. Isto foi tão significativo, que tornou a indústria brasileira indispensável já no início da década de 20, considerando-se que ela havia tornado-se responsável pela produção de boa parte dos bens manufaturados consumidos internamente, proporcionando, dessa forma, diminuição das importações e consequentemente, melhora nas contas externas. Dispensar a indústria nacional, neste momento, provocaria forte desequilíbrio econômico no país. Isto proporcionou segurança à indústria nacional, mas, ao mesmo tempo, a impediu de melhorar qualitativamente, não aperfeiçoando seus produtos, não os tornando competitivo, capaz de fazer frente a concorrência externa, que não atuava devido às altas taxas alfandegárias e às desvalorizações cambiais. Mas isto atuava também, no sentido de impedir, ou dificultar, o acesso da indústria nacional a máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados, contribuindo para impedir seu aperfeiçoamento.

Além dessas circunstâncias, C. PRADO JR. aponta a debilidade do mercado interno, as dificuldades de transporte e a deficiência técnica, como fatores que explicam a conformação de

uma indústria nacional rotineira e de baixa qualidade, dispersa em pequenas unidades, com rendimentos reduzidos e voltada para mercados locais. Além disso, também havia falta de capitais, sendo que o capital necessário às atividades industriais dependia dos recursos dos próprios empreendedores, dada a inexistência de mecanismos de poupança interna.

Analisando a origem dos capitais aplicados na indústria, C. PRADO JR. identifica-a em diversas fontes: nos lucros da lavoura, principalmente, a cafeeira, que depois das políticas de valorização, alcançavam margens significativas de lucro e, como não havia como reaplicá-los na própria lavoura, grande parte desses lucros eram aplicados na indústria nacional. A especulação financeira proporcionava outra forma de acumular capitais, principalmente, via emissão monetária, onde o excesso de moeda acabava por concentrar-se em poucas mãos, formando, assim, capitais que eram investidos na indústria nacional, que apresentava-se próspera nas fases de desvalorização da moeda nacional. Essas emissões acabavam provocando um processo inflacionário, onde salários não acompanhavam o ritmo de aumento dos preços, proporcionando uma acumulação capitalista em função do empobrecimento da população, sendo que para o autor, esta foi a "... verdadeira origem dos novos capitais formados." (4) Outra fonte, pode ser localizada nos lucros diretos e normais da indústria e comércio, reinvestidos nas suas atividades.

A indústria brasileira, que delineava-se nesse período, apresentava uma debilidade orgânica e grande fragilidade, isto resultava, segundo C. PRADO JR., de sua grande

dependência de um fator sobre o qual ela não tinha controle algum, ou seja, o comércio exterior e o balanço de contas externas do país, além disso, qualquer alteração no estado das finanças públicas e do ritmo das emissões de moeda, tinha repercussões sobre a indústria nacional.

As subsidiárias das empresas estrangeiras constituíam o setor mais sólido da indústria nacional e, tiveram papel fundamental no desenvolvimento da indústria brasileira, tendo em vista, a sua responsabilidade pela instalação de uma indústria de base, capaz de internalizar a elaboração de matérias-primas, material semi-elaborado e, até mesmo, maquinaria.

Quanto ao papel do capital estrangeiro, C. PRADO JR., aponta sua importância central, como esteve sempre presente na economia brasileira e sua atuação na fase do capitalismo financeiro, quando dominava a nível mundial.

O capital financeiro, no Brasil, concentrou-se, a princípio, no setor cafeeiro, que em suas diferentes fases (produção, beneficiamento, comercialização, etc) foi largamente explorado pelo capital internacional. A nível de empresas de serviços públicos, a presença desse capital também foi marcante, empreendimentos como estradas de ferro, energia elétrica, serviços urbanos, ficaram a seu encargo.

O capital estrangeiro penetrou no país através da instalação de subsidiárias de grandes empresas estrangeiras, processo de instalação que já ocorria antes da I Guerra Mundial, mas que intensificou-se após a II Guerra Mundial, esta foi a principal via de penetração do imperialismo na economia brasileira.

Torná-se difícil isolar, segundo C. PRADO JR., a ação do imperialismo com relação ao Brasil ou qualquer outro país, tendo em vista, que foi um processo a nível mundial, onde estimulados pela concorrência, os grandes trustes internacionais descentralizaram sua produção, espalhando unidades produtivas por todo o mundo, localizando-as em pontos estratégicos com relação a mercados e fonte de matérias-primas. O Brasil recebeu uma parte desse movimento e industrializou-se, mas, a qualquer momento o capital poderia deslocar-se para pontos mais interessantes. O Brasil e outros países atingidos por esse movimento do capital internacional, eram apenas massa de manobra, o desenvolvimento dos mesmos, não ocorreu em função de fatores internos, mas em função da disputa internacional entre os monopólios concorrentes. Dessa forma, fica evidente que para este autor, a industrialização do Brasil faz parte de um movimento mais geral do próprio Capitalismo a nível mundial, explicitando dessa forma caráter dependente e subordinado da economia brasileira frente a movimentos empreendidos pelo capital.

O imperialismo atinge de forma desigual a economia do país, penetrando apenas nos setores mais dinâmicos e com melhores possibilidades.

Analisando a ação do imperialismo no Brasil, C. PRADO JR. revela as circunstâncias internas e particulares, sob as quais essa ação foi empreendida no país, mostrando que o imperialismo apropriou-se da mais-valia brasileira ao seu alcance, isso como qualquer outro capital, mas a diferença reside no fato de que essa apropriação foi feita em benefício de classes

e interesses estranhos ao país, em detrimento da burguesia nacional, apenas os grupos nacionalistas ligados ao capital estrangeiros foram beneficiados. Além disso, o imperialismo subordinou a economia brasileira a fatores estranhos a ela, impedindo que se estruturasse em função de suas próprias necessidades. Finalmente, o capital estrangeiro investido no país, acabou provocando desequilíbrios nas contas externas e déficits crônicos nas mesmas.

Apesar dessas considerações, C. PRADO JR. mostra que o imperialismo foi capaz de estimular a economia brasileira, entrosando-a no capitalismo a nível mundial, dotando-a de moderno aparelhamento de base, de uma certa infra-estrutura, tornou possível o acesso à tecnologia dos países desenvolvidos, etc.

Mas o fundamental é perceber, que na óptica caioopradiana, o Brasil ajustou-se ao imperialismo sem modificar a característica essencial de sua economia, esta, continuou, mesmo sob o imperialismo, voltada à produção de gêneros exportáveis, o imperialismo acabou por reforçar e consolidar essa característica, fez isto, ao mesmo tempo que potencializou as contradições próprias desse sistema. Na fase imperialista, fica clara a incompatibilidade entre o novo ritmo de existência e o progresso material atingido pelo país e o seu papel de produtor de matérias-primas destinadas ao comércio internacional. Esta era uma base muito limitada para manter a estrutura econômica e social que o capitalismo financeiro impunha ao Brasil. O fracasso da economia cafeeira, bem como a de borracha e a de cacau, dentro do tradicional estilo de exportação, comprova a necessidade de mudança, considerando-se que estas não mais poderiam promover o

progresso do país.

Ao lado desse fracasso, iniciou-se o desenvolvimento de uma nova economia, voltada às necessidades internas do país, sendo seu desenvolvimento condicionado pela constituição e ampliação de um mercado interno.

Nesse sentido, C. PRADO JR. aponta para a existência de um processo de substituição de bens de consumo, que vinha ocorrendo desde o início do século XX, mas que só tomou impulso na I Guerra Mundial, em consequência das restrições às importações colocadas pelo conflito. O desenvolvimento do setor nacional, desse período, foi acompanhado de transformações estruturais: grande crescimento das cidades, remodelação do aparelho comercial e distributivo, progresso da pequena propriedade agrária, etc.

A "Crise de 1929", também é vista como fator de estímulo à produção nacional, acentuando o processo de nacionalização da economia brasileira. Em 1929, a crise atingiu o sistema tradicional da economia brasileira, voltado para o comércio externo, o que acabou estimulando o desenvolvimento de uma nova economia, voltada para as necessidades do país. As perspectivas do comércio externo brasileiro, nas suas bases tradicionais, não eram favoráveis, com isto, o sistema entra em decomposição, o antigo sistema econômico, voltado para o exterior, tornou-se incapaz de sustentar a economia brasileira. Para C. PRADO JR., essa decomposição não ocorreu em função de conjunturas momentâneas, mas, representou rupturas mais profundas na evolução econômica brasileira.

Este conjunto de circunstâncias, segundo o autor, levaria a economia brasileira a refazer-se sobre outras bases, deixando de ser apenas fornecedora do mercado internacional, tornando-se efetivamente uma economia nacional, ou seja, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos do país para satisfazer necessidades de sua população, rompendo definitivamente com o passado colonial e construir-se em função de suas necessidades internas. Mas esse processo encontrou obstáculos para concretizar-se.

A organização econômica do país foi feita em função da produção de gêneros exportáveis, passou por falhos processos de transformação, que não a capacitaram para enfrentar situações novas. Para comprovar essa proposição, C. PRADO JR. toma como exemplo o desenvolvimento da indústria manufatureira. Esta desenvolveu-se ao acaso das tarifas alfandegárias, estabelecidas mais pelas necessidades fiscais governamentais, do que visando, deliberadamente, estimular a indústria nascente, que desenvolveu-se ao acaso de conjunturas que lhe eram completamente estranhas, como as guerras mundiais, por exemplo. Mas a ação desses fatores, estimulam a formação de simples montadoras, criando uma situação onde qualquer produto nacional, que conseguisse substituir o importado, tinha chances de ser bem sucedido, mesmo que sua qualidade fosse inferior. Esses fatores levaram a um crescimento industrial desordenado, mal estruturado e mal fundamentado. Não houve um crescimento conjugado dos diferentes setores do parque industrial, cada um desenvolveu-se em função de circunstâncias casuais, como guerras, objetivando

atender alguma pequena necessidade não satisfeita pela importações. Dessa forma, não houve um desenvolvimento industrial integrado, houve apenas crescimento de setores isolados para atender certas necessidades imediatas. Todo esse quadro explica o surgimento, em primeiro lugar, das indústrias secundárias e, não as de base.

A crise do sistema colonial brasileiro acentuá-se, durante todo esse processo e, conforme aponta C. PRADO JR., isto abriu possibilidades para a transformação final desse sistema. O antigo sistema colonial tentou, mais uma vez, ao novo quadro econômico que delineava-se, esta tentativa, acabou agravando as contradições desse antigo sistema econômico ainda em vigor. Apesar da crise, a II Guerra Mundial proporcionou certo revigoramento ao sistema tradicional voltado à exportação, mas isto foi apenas momentâneo, enquanto perdurou o conflito.

No pós-II Guerra, o Brasil enfrentou problemas de desequilíbrio de suas contas externas, tendo em vista, que desaparece o fator que garantiu, no período anterior, uma relativa prosperidade e um certo equilíbrio, isto é, desaparecem as restrições às importações impostas pelo conflito mundial. O governo procurou solução estimulando entrada de capitais estrangeiros.

C. PRADO JR., encara o processo inflacionário, característico dessa fase, como um grande estímulo à acumulação capitalista, a elevação dos salários acompanhou, com larga defasagem, o aumento dos preços, além disso, o processo inflacionário estimula a substituição de importações, considerando-se que a desvalorização cambial torna muito alto o

custo do produto importado.

A indústria foi a grande beneficiada pelo aumento de capitalização verificada neste período, isto e o afluxo de capitais estrangeiros significaram o principal fator determinante do grande impulso industrial ocorrido no Brasil entre 1947-1961, melhorando, nesse período, a composição orgânica da indústria, aumentando a participação de bens de produção e bens duráveis, com destaque para veículos.

Analisando a iniciativa estatal, C. PRADO JR. aponta sua grande importância frente as exigências da fase em que ocorre o desenvolvimento brasileiro. Para este autor, a iniciativa estatal, no período 1947-1961, comprova a capacidade do poder público como gestor da atividade econômica, bem como, sua importância e papel insubstituível na estruturação da economia brasileira, principalmente, em relação aos setores fundamentais, onde a iniciativa privada mostrou-se deficiente. Apesar de seu desempenho, a iniciativa estatal não conseguiu corrigir as deformações e falhas do processo de industrialização brasileiro.

Na análise caiopradiana, o progresso industrial brasileiro, deste período, se por um lado significou o rompimento com a velha estrutura econômica, por outro, ainda estava inserido nela, alimentando-se de suas contradições. O desenvolvimento industrial brasileira é visto nesta análise, como provocado por circunstâncias ocasionais, derivadas de obstáculos às importações, sejam elas, guerras ou problemas cambiais. Estes fatores explicariam o caráter de imprevisto da industrialização brasileira, bem como, sua expansão desordenada, ligada à

circunstâncias imediatas, provocando a concentração industrial em atividades esparsas e não integradas entre si, restringindo-se à produção de bens de consumo de setores sociais com alto poder aquisitivo, sem atender as necessidades gerais e fundamentais do país.

A ocupação dos pontos-chaves da indústria brasileira pelas grandes empresas estrangeiras, revela, segundo C. PRADO JR., que o processo de industrialização do país foi reflexo dos impulsos e iniciativas dos grandes trustes imperialistas. Revela que o desenvolvimento econômico brasileiro estava enquadrado no sistema imperialista, dirigido pelos interesses dos trustes aqui instalados, a eles cabia definir as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento. Limites determinados pelo montante de lucros proporcionados pela economia brasileira.

A economia brasileira, segundo C. PRADO JR., enquadra-se no sistema imperialista como fornecedora de produtos primários, cuja venda, no mercado internacional, proporciona os lucros dos trustes que dominam o sistema. As exportações proporcionam o lucro do imperialismo. Todas as atividades econômicas do país subordinam-se a esse fim maior. Dessa forma, fica claro porque, para este autor, o sistema colonial continua subsistindo em sua essência, tornou-se um pouco mais complexo, mas, a organização da economia continua baseada na produção de gêneros exportáveis, matérias-primas e alimentos.

Examinando os motivos responsáveis pela limitação do desenvolvimento do processo de industrialização brasileiro, C. PRADO JR. aponta como principal motivo, no plano econômico, o acesso restrito ao progresso tecnológico, em função da posição

ocupada pelo Brasil no sistema imperialista. A indústria moderna exige constante progresso tecnológico e inovações, esta é uma condição essencial para sua existência. O país que não desenvolve pesquisas técnico-científicas própria, autônoma e integrada no processo industrial, torna-se dependente e submisso aos centros de pesquisas de grandes empresas internacionais, perdendo, dessa forma, as possibilidades de obter tecnologia própria. Este processo pode ser verificado no Brasil, que tem seus setores estratégicos dominados por empresas estrangeiras.

Para C. PRADO JR., o país alcançaria um desenvolvimento real somente dispensando empreendimentos imperialistas, que ao contrário de desenvolvimento, levam à deformação do processo de industrialização, reforçando o sistema colonial, que é, em última instância, o responsável pela limitação do desenvolvimento do país.

Outro fator limitante do desenvolvimento do país, refere-se à falta de uma base sólida para esse desenvolvimento, não há o entrosamento das necessidades gerais e fundamentais da população brasileira como um todo, sendo que, para C. PRADO JR., este fato constitui a falha profunda do processo de industrialização brasileiro. Pois, enquanto a produção industrial brasileira tiver como base as necessidades de uma pequena parcela da população, não haverá uma base real para o desenvolvimento industrial do país. Mesmo que esta base seja responsável por conformar uma atividade industrial moderna no país, trata-se de atividades isoladas e desconectadas, fornecedora de certos bens a pequena parcela da população, não permitindo um verdadeiro

processo de industrialização. Isto ocorre, porque não se constituem as condições necessárias para um desenvolvimento industrial em larga escala, ou seja, um processo auto-estimulante e contínuo de desenvolvimento. Somente um processo desse tipo pode proporcionar um verdadeiro desenvolvimento industrial.

As iniciativas industrializantes ocorridas no Brasil, não foram capazes de promover a integração da estrutura industrial brasileira, apenas foram suficientes para satisfazer certas necessidades, antes supridas pelas importações. Não houve integração das atividades econômicas para atender as necessidades gerais e fundamentais do país, isto ocorre em função da natureza colonial da economia brasileira, que estava orientada para o exterior, daí recebendo seus estímulos. Houve algum entrosamento entre as atividades relacionadas ao comércio exterior, mas longe desse estímulo, as atividades não conseguiram estimular-se mutuamente, dado que estavam desligadas entre si.

A crise do sistema colonial, desencadeada antes da II Guerra Mundial, gera forças e fatores renovadores que colocam perspectivas para a reestruturação da economia brasileira em novas bases, mais condizente com as necessidades internas do país. No entanto, C. PRADO JR. coloca a necessidade de promover uma reforma estrutural na economia brasileira, livrando-a de seu passado colonial.

Porém, a política econômica dos anos 70, (chamada por C. PRADO JR. de modelo brasileiro de desenvolvimento), não promove tais reformas, ao contrário, ela consagra e oficializa os elementos essenciais do velho sistema econômico brasileiro, que ainda estavam em ação e, que dessa forma, perpetuam-se na

economia brasileira. Tal política econômica reforçou a posição de dependência do Brasil no sistema imperialista, frustrando as perspectivas de reestruturação da economia brasileira sobre novas bases, perpetuando o antigo sistema econômico, mesmo que sob novas formas, sem alterar, no entanto, a sua essência. Dessa forma, segundo este autor, consagra-se a situação de dependência e subordinação da economia brasileira com relação ao capitalismo internacional. O surto de atividades econômicas verificadas no país, na década de 70, bem como, seu retraimento, podem ser explicados por esse caráter subordinado e dependente da economia brasileira.

O resultado desse surto de atividades foi muito pequeno, segundo C. PRADO JR., pois, não foi capaz de completar a integração do desenvolvimento do país, proporcionando, tão somente, uma indústria de bens de consumo duráveis substitutiva de importações, sem uma infra-estrutura significativa e dependente do exterior para fornecimento de tecnologia, não se assemelhando com verdadeiro processo de industrialização. A política econômica do "Milagre" promoveu a economia brasileira dentro do tradicional modelo da economia colonial.

NOTAS

- (1) Para tanto, nossa análise estará centrada na obra
"História Econômica do Brasil", tendo em vista, que esta
concentra os principais pontos da análise caiopradiana.
- PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. 34 ed. São
Paulo, Brasiliense, 1986.
- (2) Idem. ibidem. p. 23
- (3) Idem. ibidem. loc. cit.
- (4) Idem. ibidem. p 265



UNICAMP

CAPÍTULO III: CAPITALISMO TARDIO: UMA PROPOSTA DE REVISÃO
CRÍTICA

CAPITALISMO IABDIO: UMA PROPOSTA DE REVISÃO CRÍTICA

A partir deste ponto, o objetivo de nossa análise será perceber como C. PRADO JR. e C. FURTADO, foram utilizados como referência básica na elaboração de uma revisão crítica acerca da questão da industrialização brasileira. Dessa forma, concentramos nossos esforços no trabalho de João Manuel CARDOSO DE MELLO⁽¹⁾, tendo em vista, que sua proposta é fazer uma revisão crítica do paradigma cepalino relacionado à essa questão, bem como, delinear uma nova problemática para a mesma.

Considerando o objetivo proposto para este trabalho, analisaremos a nova problemática proposta por CARDOSO DE MELLO, tentando explicitar as referências básicas deste autor para elaboração da mesma.

Como o objetivo desse autor é fazer uma revisão crítica do paradigma cepalino, este será sempre seu ponto de partida, sobre ele vai rejeitando posições e interpretações e, costurando novos elementos, corrigindo os rumos tomados por esse paradigma na interpretação da industrialização brasileira. Assim procedendo, elabora uma nova interpretação para tal questão.

Nessa elaboração, CARDOSO DE MELLO coloca em confronto duas interpretações diferentes acerca dessa mesma questão, sendo que uma delas constitui-se seu ponto de partida: a interpretação cepalina, principalmente, a empreendida por C. FURTADO, mas é a análise marxista de C. PRADO JR., que constitui seu pano de

fundo, é essa análise que norteia a nova interpretação empreendida por CARDOSO DE MELLO. Este, usa, implicitamente, a análise calopradiana para criticar as posições assumidas por C. FURTADO dentro do paradigma cepalino. Mas, deve-se deixar claro, mesmo que a direção da nova interpretação seja dada pela análise calopradiana, CARDOSO DE MELLO coloca-se numa posição crítica frente às duas análises, apontando falhas e acertos de ambas.

É então, dentro dessa tentativa de revisão crítica que, este autor, começa por reexaminar o conceito de economia colonial e a passagem à economia primário-exportadora dentro da teoria cepalina, onde a diferença entre elas reside na forma como estão inseridas na divisão internacional do trabalho: a economia colonial fornecia alimentos e metais preciosos para a burguesia mercantil metropolitana, enquanto que a economia nacional fornecia alimentos e matérias-primas para países industrializados, ambas economias são encaradas como reflexas e dependentes das economias centrais. A passagem de uma economia para outra, segundo a análise cepalina, não provoca significativas transformações na estrutura produtiva, permanece a condição de dependência e subordinação em relação ao centro. Essa passagem seria provocada por transformações ocorridas a nível do mercado mundial e, comandadas pelos países centrais. Ao fazer esse tipo de análise, a Cepal, segundo CARDOSO DE MELLO, deixa de considerar os processos internos das economias periféricas, privilegiando apenas a dinâmica das transformações a nível mundial, onde os países periféricos não têm poder algum de influência.

Para CARDOSO DE MELLO, coloca-se a necessidade de definir uma nova problemática, rejeitando o formalismo do paradigma cepalino e, apontando para a existência de duas economias primário-exportadoras (e não apenas uma como no paradigma cepalino), uma delas apoiada em trabalho escravo e a outra, baseada no trabalho assalariado. CARDOSO DE MELLO, reconhece em seguida, que a diferença fundamental entre economia colonial e a economia primário-exportadora reside nas diferentes relações sociais básicas dessas duas economias: trabalho compulsório (servil ou escravo) de um lado e, trabalho assalariado de outro.

Dessa forma, para este autor, o surgimento das economias primário-exportadoras, organizada com base no trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina, não se trata, no entanto, do modo de produção especificamente capitalista, já que a reprodução das relações sociais de produção capitalista não está internalizada nas economias latino-americanas.

Mas, é o problema da determinação do modo de produção que se instaura na Colônia, bem como, a sua dinâmica, que merece um estudo mais aprofundado da parte de CARDOSO DE MELLO. Analisando tal questão, este autor, aponta que a a-historicidade do conceito weberiano de "plantation", o torna incapaz de determinar a origem e a dinâmica da economia colonial. Nem mesmo o exame das relações sociais básicas existentes nas colônias permite esclarecer essa questão.

Para CARDOSO DE MELLO, deve-se esclarecer dentro de qual contexto histórico a Colônia e suas relações sociais, poder

(2)

ser inseridas.

Assim sendo, CARDOSO DE MELLO toma a seu encargo a tarefa de delimitar uma nova problemática, reexaminando o conceito de economia colonial e, entendendo a constituição das economias primário-exportadoras como o surgimento do capitalismo na América Latina.

Nesta nova problemática, a economia colonial é encarada como uma economia altamente especializada e complementar à economia metropolitana, considerando-se que a Colônia exporta produtos coloniais e importa produtos manufaturados e escravos. As relações Colônia-Metrópole são baseadas no exclusivo metropolitano. Para entender porque a economia colonial assim se desenha, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que a colonização moderna faz parte de um processo mais amplo, ou seja, do processo de constituição do modo de produção capitalista. Além de entendê-la dentro do contexto histórico em que foi criada (momento da acumulação primitiva do capital na Europa), deve-se perceber seu caráter comercial e capitalista.

Ao apontar essa forma específica de encarar a economia colonial, CARDOSO DE MELLO discorda da análise cepalina e adota uma linha de análise mais próxima de C. PRADO JR., o que permite entender a economia colonial como instrumento de acumulação primitiva de capital, tendo em vista, o contexto histórico em que foi criada.

Como instrumento de acumulação, a Colônia deveria ter uma produção mercantil complementar à produção metropolitana, restringindo sua produção a produtos agrícolas e metais

preciosos, gerando altos lucros, apropriados inteiramente pela burguesia metropolitana.

Sendo o lucro o objetivo primordial da empresa colonial, impunha-se como necessidade operar a um nível mínimo de custos, reduzindo-se ao máximo o custo da reprodução da força de trabalho, isto explicaria o porque do trabalho escravo ser a base da empresa colonial, já que o trabalho assalariado inviabilizaria a empresa colonial, pois, seria necessário fixar um alto nível salarial para impedir que trabalhadores livres optassem por um sistema de auto-subsistência, dada abundância de terras disponíveis. A produção em larga escala da economia colonial ficaria inviabilizada pelos altos salários, colocados como necessidade para impedir que trabalhadores livres tornassem-se pequenos proprietários a qualquer momento. Assim, o trabalho compulsório coloca-se como forma mais rentável de exploração da economia colonial.

Na problemática delineada por CARDOSO DE MELLO, cabe ressaltar a especificidade da colonização dos Tempos Modernos, especificidade que reside na reinvenção da produção mercantil e do trabalho escravo para estimular a transição do feudalismo para o capitalismo, tornando as economias coloniais um dos instrumentos fundamentais do processo de acumulação primitiva de capitais. Trata-se de uma colonização para o capitalismo, onde o capital comercial invade o âmbito da produção e organiza a economia colonial, reinventando o trabalho servil e o trabalho escravo. Assim sendo, é o capital comercial que instaura a economia colonial e o modo como se organiza sua estrutura produtiva e suas relações sociais básicas. Além disso, trata-se de economias

que tem suas contradições internas determinadas, em última instância, pelo que ocorre nas economias metropolitanas.

Para CARDOSO DE MELLO, Colônia e Metrópole devem ser entendidas como um todo complexo, ou seja, o processo de acumulação primitiva de capitais em curso na Europa e, se na Metrópole há capitalismo, porque o capital transferiu-se para a esfera de produção, há também, então, o que este autor chama de modo de produção colonial ou modos de produção coloniais, mais que isso, existe capitalismo na Colônia, mesmo que de maneira formal.

CARDOSO DE MELLO, explicita que o caráter capitalista não reside no fato da produção ser mercantil e do lucro ser o objetivo primordial da atividade econômica, nem também, na participação da economia colonial no mercado colonial, o caráter formal do capitalismo deve-se ao fato da escravidão ter sido introduzida pelo capital. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção e estabeleceu a empresa colonial, dominando diretamente a produção, mais que isso, o capital consegue subordinar o trabalho, mesmo que formalmente, pois, essa dominação exige formas de trabalho compulsório. Mas, o fundamental a ser esclarecido, são as articulações entre capitalismo e colonização, explicitando o caráter de instrumento de acumulação de capital da economia colonial.

Mas, se a criação das economias coloniais é essencial para a constituição do capitalismo, dada sua função como instrumento de acumulação e concentração de capitais nas mãos da

burguesia metropolitana, a economia colonial torna-se dispensável quando o modo de produção capitalista se consolida, tendo em vista, que uma vez constituído o modo de produção capitalista, as relações Colônia-Metrópole modificam-se. Consolidado esse modo de produção, a acumulação capitalista não necessita mais de apoios externos, pode auto-sustentar-se. Isto significa modificações nas relações entre Colônia e Metrópole e estimula a liquidação da economia colonial, considerando-se que esta deixa de ser um estímulo, para passar a se constituir em um obstáculo ao livre desenvolvimento do capitalismo.

O capitalismo coloca novas exigências às economias colônias, estas devem passar a produzir alimentos e matérias-primas em massa, para diminuir os custos da reprodução da força de trabalho e os custos dos elementos componentes do capital constante. O capitalismo entra em choque com a forma como se organiza a produção colonial, baseada no trabalho compulsório e no exclusivismo metropolitano, pois, são elementos que impedem o seu livre desenvolvimento. O capitalismo exige a formação de uma periferia que atenda às suas necessidades, produzindo bens primários de exportação em massa, com produção organizada em bases capitalistas, ou seja, com base no trabalho assalariado e, com um mercado em constante expansão. Dessa periferia, ajustada às necessidades do modo de produção especificamente capitalista, que as economias latino-americanas deveriam fazer parte.

Analisando o poder do capitalismo para modelar a periferia às suas necessidades, CARDOSO DE MELLO aponta a fraca capacidade de difusão do capitalismo, tanto na sua fase competitiva, com a hegemonia do capital inglês, como na fase de

expansão das estradas de ferro e de capitais, o que impediu a conformação de uma periferia, na América Latina ajustadas às suas necessidades. Esta fraca difusão, é explicada por este autor, como resultado das dificuldades internas de organizar, nos países latino-americanos, economias exportadoras significativas. Isto só ocorreu no Brasil, porque este conseguiu criar sua própria demanda e, também devido às importações de capitais na passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista.

Somente na etapa monopolista é que o poder de difusão do capitalismo torna-se maior. Entre 1880-1900, momento de emergência do capitalismo monopolista, houve, na América Latina, grande importação de capitais e imigração em massa, elementos essenciais para o nascimento das economias exportadoras capitalistas, sendo este, um dos principais objetos de análise de CARDOSO DE MELLO.

Analisando a passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista no Brasil, em suas linhas gerais, este autor situa o início da crise da economia colonial na queda do exclusivo metropolitano (1808) e na subsequente formação do Estado Nacional, sendo que este processo de crise culminará com a criação da economia mercantil-escravista cafeeira nacional. A crise revitalizará a escravidão e caráter mercantil da economia brasileira, isto nos quadros de uma economia nacional.

CARDOSO DE MELLO, tenta compreender o processo de formação da economia mercantil escravista procurando examinar como pode ser viabilizada a reprodução ampliada do capital no seu interior, ou seja, como um montante de capital-dinheiro

transformou-se em meios de produção e força de trabalho (compulsório), que se combinaram de uma certa forma e se transformaram em mercadorias e, estas ao serem realizadas, voltam a assumir a forma de capital-dinheiro. O autor pretende buscar como esse processo foi viabilizado na economia brasileira.

Examinando, em primeiro lugar, como se forma o capital-dinheiro, passível de ser transformado em meios de produção e força de trabalho, CARDOSO DE MELLO defende a proposição de que a economia mercantil escravista cafeeira nacional deve ser vista como obra do capital mercantil nacional, capital esse, que foi se formando nas brechas da economia colonial. Foi este capital, que além de aproveitar as oportunidades de exportação e, assim organizar a comercialização no mercado internacional, invadiu a esfera da produção. O capital cafeeiro foi formado pelo capital proveniente dos mais diferentes tipos de comércio, foi um capital transferido do setor mercantil da economia brasileira, sendo que nesse processo de transferência, o autor destaca o papel do Comissário, responsabilizando-o, em grande medida, pelo financiamento da montagem da economia cafeeira.

Examinando, em seguida, o acesso a meios de produção e força de trabalho, CARDOSO DE MELLO aponta a existência prévia de tais recursos, terras e mão-de-obra escrava, liberados pela decadência da economia mineira.

Finalmente, ao examinar a questão da demanda externa do café, o autor defende a idéia de que essa demanda não foi um fator sobre o qual a economia brasileira não teve influência alguma, mas pelo contrário, apontando o aumento da oferta

brasileira, proporcionando menores preços internacionais do café, como fator que permitiu, em última instância, o aumento da demanda, isto, por sua vez, agiu estimulando o aumento da oferta.

Foi a disponibilidade de tais elementos que viabilizou o surgimento da economia cafeeira, que surge baseada no latifúndio escravista, em função das próprias exigências de uma economia mercantil escravista, que exigia uma escala mínima de produção lucrativa, determinando grandes investimentos, isto explica a opção pelo latifúndio. A opção pelo trabalho escravo, não se deve apenas a disponibilidade de escravos, mas, porque a super-exploração desse tipo de trabalho mostrou-se mais rentável, dessa forma, mais uma vez, o trabalho assalariado foi excluído em função da alta taxa de salários que deveria ser oferecida para compensar a alternativa de auto-subsistência.

Para CARDOSO DE MELLO, quando por volta de 1830, o Brasil torná-se o primeiro produtor mundial de café, produzindo em larga escala e com preços baixos, a economia mercantil escravista cafeeira assume seu desenho definitivo, ou seja, grande empresa com produção em larga escala, baseada no trabalho escravo e, articulada a um sistema comercial e financeiro, controlados nacionalmente. É dessa forma, segundo o autor, que se estabelece no Brasil, uma economia nacional, no sentido, de que se processou a internalização da acumulação de capitais.

Na análise de CARDOSO DE MELLO, o momento de início da crise da economia colonial é, também, o momento da constituição da economia mercantil escravista cafeeira nacional. Nela, revitaliza-se a escravidão e a produção mercantil, isto ocorre

nos quadros de uma economia nacional.

A análise da crise da economia colonial e da passagem à economia exportadora capitalista feita por CARDOSO DE MELLO, tem como referencial básico a interpretação caiopradiana dessas mesmas questões. Apesar do sentido geral da análise ser dada por essa interpretação, CARDOSO DE MELLO a aprofunda, elaborando uma análise mais complexa, ao discutir a questão explicitando as condições de existência dos elementos constitutivos do modo de produção capitalista, bem como, maneira como tais elementos se aglutinaram ao redor da economia cafeeira.

Feita a análise da passagem à economia mercantil-escravista cafeeira nacional, CARDOSO DE MELLO passa a examinar a dinâmica dessa economia, explicitando as condições fundamentais de desenvolvimento da mesma. Essas condições estão relacionadas à oferta de escravos a preços lucrativos, à existência de terras com produção lucrativa e, à condições de realização relativamente autônomas.

Examinando essas condições, CARDOSO DE MELLO aponta problemas em relação a ofertas de escravos ao se esgotarem as fontes internas e as externas de suprimento de mão-de-obra, este problema ameaçava o desenvolvimento da economia mercantil-escravista, sua resolução colocava-se como necessidade urgente, caso contrário, o desenvolvimento da economia cafeeira ver-se-ia limitado.

A segunda condição não apresentava maiores problemas, tendo em vista, que o limite de terras com produção rentável dificilmente seria atingido, pois antes disso, os custos dos transportes, ao ocorrer a internalização da cultura,

inviabilizariam a acumulação capitalista.

Finalmente, analisando as condições de realização da produção cafeeira nos mercados externos, CARDOSO DE MELLO distingue dois momentos: num primeiro momento, ocorre a queda do preço do café para generalizar seu consumo, tornando seu consumo de massa, num segundo momento, de post-generalização, há o estabelecimento de um limite superior para o preço do café, limite acima do qual, o café é excluído do consumo popular.

Em sua análise, CARDOSO DE MELLO demonstra que os preços internacionais do café não suportariam uma elevação de preços para compensar aumento de despesas com transporte e/ou aumento do preço dos escravos. No período de generalização, isto seria inviável, pois este período, exige diminuição dos custos de produção para compensar a diminuição da margem de lucro pelo aumento da massa de lucro. No período de pós-generalização, não há qualquer tendência à alta de preços do café. Dessa forma, a tendência à queda da taxa de lucro da economia mercantil cafeeira, não poderia ser contrabalanceada pelo crescimento dos preços.

Analisando a questão do financiamento da acumulação, CARDOSO DE MELLO constata que o capital mercantil continua dominando a economia nacional, a princípio, através da ação do comissário e, mais tarde, pelo ação dos bancos cafeeiros. Essa dependência está ligada a dois fatores: aos grandes investimentos exigidos e o longo prazo de maturação dos cafezais e, à estrutura de comercialização e financiamento, que em função do significativo investimento inicial, estava fortemente

concentrada, ao contrário, da estrutura de oferta do café.

Mas essa dominação do capital mercantil, acabou por colocá-lo num círculo vicioso, pois, este capital, ao se apropriar, quase que da totalidade, dos lucros, era obrigado a reinvesti-los na empresa cafeeira, tendo em vista, que não existia outra oportunidade de investimento tão vantajosa.

Assim, o financiamento da expansão cafeeira ficou a cargo do capital mercantil, que apropriou-se dos lucros, concentrando e canalizando-os para novos investimentos. Para CARDOSO DE MELLO, o monopólio colonial foi substituído pelo oligopsônio comercial e pelo oligopólio financeiro, que ao manipular os preços de compra e fixar altas taxas de juros, acabaram levando à dominação do capital mercantil, ou seja, ao mesmo resultado do monopólio colonial.

Analisando, em linhas gerais, o movimento da economia mercantil escravista cafeeira nacional, entre 1810-1870, CARDOSO DE MELLO aponta o período 1810-1850, como momento de constituição e consolidação dessa economia, onde expndiu-se significativamente, pois encontrou a sua disposição elementos necessários a esse movimento. Já o final da década de 60, devem ser encarados como anos de crise dessa economia, crise desencadada pelo aumento dos custos de transporte, devido à internalização da cultura cafeeira e pelo aumento do preço dos escravos.

Segundo CARDOSO DE MELLO, havia escassas possibilidades de retirar a economia mercantil escravista da crise, tendo em vista, que não havia nenhum outro produto de exportação com condições para tanto. A crise também, não seria

contornada ou resolvida com a instalação de uma grande indústria escravista, pois esta indústria apresentava desvantagens gritantes se comparada à indústria capitalista.

Mas se CARDOSO DE MELLO recorre a C. PRADO JR. para dar o sentido mais geral à sua análise da economia mercantil escravista cafeeira nacional, é de C. FURTADO que retira as explicações da ausência de indústria no Brasil, nesse período, concordando com este autor, que esta ausência não deve ser atribuída à falta de proteção à indústria nacional. Não foram os acordos com a Inglaterra que impediram o desenvolvimento da indústria nacional na primeira metade do século XIX, ao fixarem uma tarifa baixa para produtos importados ingleses, tendo em vista, que a desvalorização cambial verificada no período, atuou como barreira eficaz, protegendo a indústria nacional. Proteção que se mantém após o término dos acordos com a Inglaterra, em 1844, quando recorre-se à uma maior tributação para produtos importados e, incentivá-se a indústria nacional.

Uma vez constatada a existência da proteção à indústria nacional, CARDOSO DE MELLO preocupa-se em explicar porque, mesmo esse um nível de proteção razoável, não foi suficiente para estimular a industrialização no país. Nem mesmo uma economia em crise, como a economia mercantil cafeeira, foi capaz de criar as condições para o surgimento do capitalismo. CARDOSO DE MELLO, identifica a razão fundamental, responsável pelo bloqueio da industrialização capitalista no Brasil, no fato de não se ter constituído um mercado de trabalho no país, onde trabalhadores livres estivessem dispostos a submeterem-se ao

trabalho assalariado. Na economia brasileira, inexistiam trabalhadores livres, despojados de seus meios de produção e dispostos a venderem sua força de trabalho, porque a agricultura escravista de exportação não tinha espaço para tais trabalhadores dentro de suas relações sociais básicas, ou seja, dentro do binômio Senhor-escravo, nessa economia, os trabalhadores livres estavam colocados à margem do sistema, marginalizados de tal forma, que tinham como opção, voltarem-se para um sistema de auto-subsistência, completamente fora do sistema cafeeiro.

Dessa forma, o capitalismo não surgiu no século XIX, pela ausência de um mercado de trabalho, CARDOSO DE MELLO aponta que o pré-requisito indispensável à industrialização, a transformação da força de trabalho em mercadoria, ainda não tinha ocorrido, bloqueando a industrialização do país.

Nesse momento de crise da economia cafeeira, quando não foi possível promover a industrialização capitalista, nem mesmo transformar as relações sociais de produção, implantando o trabalho assalariado, a introdução da estrada de ferro, comandada pelo capital mercantil nacional com apoio do capital financeiro inglês, bem como, a introdução da máquina de beneficiar café, nos anos 70, revigoraram a economia mercantil cafeeira, pois, permitem a redução de seus custos, e possibilitando alcançar melhores preços internacionais.

Mas, estrada de ferro e maquinização do beneficiamento, ao mesmo tempo que estimulam a economia cafeeira, agravam suas contradições, pois, criaram as condições para a emergência do trabalho assalariado, mesmo que ainda subordinado ao trabalho escravo.

Esses novos elementos, apesar de terem estimulado significativamente, a acumulação na economia cafeeira, não resolveram o seu problema crucial, ou seja, a falta de mão-de-obra, que continuava agravando-se.

A solução para a falta de mão-de-obra foi dada pela imigração, e, como frisa CARDOSO DE MELLO, tratava-se de uma colonização promovida para o capital, onde pretendia-se gerar um fluxo abundante de homens pobres e livres para a economia cafeeira, porque somente uma corrente imigratória com tais características permitiria manter baixo o nível dos salários e, impediria a transformação desses imigrantes em pequenos proprietários. Só uma imigração com tais características atenderia aos interesses do capital mercantil cafeeiro. A conjugação de alguns fatores, tais como: subsídio do governo brasileiro, crise na economia italiana e, diminuição do grau de atração dos EUA e Argentina, explicam como pode se conformar uma corrente imigratória dentro dessas características.

A medida que o trabalho assalariado foi tornando-se dominante, a escravidão foi perdendo espaço, até finalmente, deixar de existir.

Esta é a forma como CARDOSO DE MELLO encara a passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista no Brasil, é através da economia mercantil escravista cafeeira nacional que essa passagem ocorre. E é a partir da análise dessa passagem, que este autor, pretende esclarecer a problemática da transição capitalista na América Latina, problemática deixada de lado pelo paradigma cepalino.

Feita essa análise das raízes do capitalismo retardatário, CARDOSO DE MELLO passa a investigar as características fundamentais do processo de industrialização na América Latina.

Mas antes disso, CARDOSO DE MELLO, mais uma vez, retoma o paradigma cepalino, mostrando como esse processo é tratado pelo mesmo.

Na visão cepalina, o ponto de partida para analisar o processo de industrialização consiste em examinar a capacidade do setor exportador para criar um mercado interno para bens de consumo corrente, tendo em vista, que a demanda por tais bens seria dada pela produção do setor exportador e pela taxa de salários vigente na economia.

Feito isso, verifica-se como um mercado interno amplo pode fazer surgir o setor industrial, mostrando o poder de concorrência da produção interna em relação as importações. Este processo, acaba sendo explicado pelos estímulos advindos das crises do setor exportador.

Dentro dos marcos teóricos da Cepal, a industrialização na fase primário-exportadora, ou seja, na fase do crescimento para fora, é uma industrialização induzida pela expansão das exportações, é, apenas, um processo de crescimento da produção industrial, com adição de unidades de produção, similares as já existentes, não ocorrendo qualquer diversificação da produção. Neste crescimento industrial horizontal, promove-se o desaparecimento ou a diminuição das importações, não se trata de uma indústria substitutiva de importações, ocorre apenas crescimento industrial. Nesta fase, o crescimento econômico

ainda está ligado ao comportamento da demanda externa, tendo em vista, que as atividades internas são insuficientes para isso.

A passagem do "modelo de crescimento para fora" ao "modelo de crescimento para dentro" ocorreria, de acordo com a teoria cepalina, ao se substituir a demanda externa pelo investimento interno como fator dinâmico da economia. Nesta última etapa, ter-se-ia a industrialização por substituição de importações, desencadeada nos países latino-americanos pela ruptura do ajuste ex ante entre oferta e demanda global. Ruptura provocada, de um lado, pela crise de 1929 e, de outro, pela defesa do nível de renda promovida pela política econômica do Estado. Esses acontecimentos, provoca uma alteração nos preços relativos, favorecendo a produção industrial interna, tornando atrativos os investimentos industriais internos.

O paradigma cepalino identifica duas fases no processo de industrialização por substituição de importações, na primeira fase, tem-se a industrialização extensiva, onde são substituídos bens de consumo corrente, bens de produção de baixa densidade de capital, bens de consumo duráveis leves, produz-se um alargamento de capital, com uso abundante de mão-de-obra. Na segunda fase, ter-se-ia a industrialização intensiva, onde há a substituição de bens de produção "pesados", bens de consumo de duráveis alto valor unitário, aumenta o uso de técnicas intensivas em capital, diminui ritmo de crescimento do nível de emprego, proporcionando uma expansão vertical do mercado, através do aumento da concentração de rendas.

Segundo a Cepal, haveriam limitações internas e

externas impedindo que o processo de industrialização substitutiva de importações se completasse. Como limitação externa, seria preciso impedir uma rigidez na pauta de importações, pois isto dificultaria a entrada de novos produtos e de bens de capital, necessários à expansão da capacidade produtiva, o processo de substituição deveria ocorrer, simultaneamente, em vários pontos da estrutura produtiva. A capacidade para importar, da mesma forma, não poderia estagnar-se, pois, isto comprometeria o crescimento da economia. Pelo lado interno, as limitações residem no tamanho reduzido do mercado interno dos países latino-americanos, incompatível com o tamanho das escalas da tecnologia importada, que, além disso, é intensiva em capital, fator de produção escasso nesses países.

Feito esse rápido esboço do paradigma cepalino, CARDOSO DE MELLO, numa postura crítica, conclui que a problemática desse paradigma é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma situação periférica. Isto explica porque, em tal paradigma, o cerne da questão da industrialização está situado na oposição entre o desenvolvimento econômico da Nação e uma certa divisão internacional de trabalho, onde essa nação configura como reflexa e dependente. Para CARDOSO DE MELLO, encarar dessa forma a problemática da industrialização, significa centrar sua explicação nos problemas advindos do setor externo, nos ajustes entre oferta e demandas globais, nos problemas de estrangulamentos externos, os quais, a Nação responde com crescimento industrial interno. São os problemas pela Nação, a nível externo, que desencadeariam os processos internos de industrialização. Ao tomar essa postura, o paradigma cepalino,

segundo CARDOSO DE MELLO, desconsidera os esquemas endógenos de acumulação de capitais, desconsidera as condições internas das economias latino-americanas, que possibilitam a montagem de esquemas endógenos de acumulação de capitais. Privilegia apenas o que acontece a nível mundial e, seus reflexos nas economias periféricas reflexas e dependentes.

CARDOSO DE MELLO critica a forma como o paradigma cepalino discute a problemática da industrialização e, e pretende elaborar uma nova problemática, encarando a industrialização da América Latina como uma determinada industrialização capitalista, ou seja, uma industrialização capitalista retardatária, questão sequer esboçada no paradigma cepalino.

Delineando uma nova problemática, CARDOSO DE MELLO propõe entender a problemática da industrialização capitalista na América Latina como a problemática da transição das economias capitalistas exportadoras, que apesar de capitalistas, não haviam internalizado a reprodução ampliada do capital, devido à inexistência das bases materiais de produção de bens de capital outros meios de produção. Dessa forma, tais economias passam por um período de transição para o capitalismo.

CARDOSO DE MELLO, encara a problemática da transição como a problemática da industrialização capitalista na América Latina, porque a industrialização ocorre sob o domínio do capital. A industrialização sob a dominação do capital, significa não só o desenvolvimento das forças produtivas, mas também, o das relações sociais capitalistas, ou seja, reforça-se a dominação do
(3)
capital sobre o trabalho.

Tendo esclarecidos tais pontos, CARDOSO DE MELLO define com clareza, o que deve ser entendido por industrialização capitalista, identificando-a com o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao capitalismo industrial, ou seja, trata-se do processo de constituição de um departamento de bens de produção, que permita a auto-determinação do capital, destruindo as barreiras à acumulação de capitais.

Mas, para CARDOSO DE MELLO, não basta admitir a industrialização latino-americana como capitalista, é necessário, também, perceber sua especificidade, que é duplamente determinada: pelo seu ponto de partida: as economias exportadoras capitalistas nacionais e, pelo momento em que ocorre: na fase monopolista do capitalismo. É esta industrialização capitalista específica que, este autor, identifica como retardatária. Será com base na industrialização brasileira que a problemática dessa industrialização será delimitada.

CARDOSO DE MELLO apenas elabora os contornos gerais da problemática da industrialização retardatária, na intenção de situar e esclarecer a especificidade da história econômica brasileira, sendo que sua preocupação central não é tratar exaustiva e profundamente todo o processo de industrialização brasileiro, mas, restringir-se num ponto específico e vital desse processo, qual seja, o nascimento e a consolidação do capital industrial, tendo em vista, que somente um exame profundo e esclarecedor desse ponto pode proporcionar uma base consistente para análises posteriores do processo de industrialização.

Tratando do processo de surgimento e consolidação do capital industrial, CARDOSO DE MELLO inicia sua análise discutindo o papel da economia cafeeira neste processo, apontando que esta economia, baseada em relações capitalistas de produção, propiciou os pré-requisitos fundamentais para o surgimento do capital industrial, tendo em vista, que essa economia gerou e concentrou uma massa de capital monetário nas mãos de uma certa classe social, que poderia transformá-lo em capital produtivo industrial, economia, que promoveu a transformação da força de trabalho em mercadoria e, finalmente, criou um significativo mercado interno.

Analisando as condições que permitiram à economia cafeeira promover tais transformações, CARDOSO DE MELLO aponta que o capital industrial surgiu como desdobramento do capital cafeeiro, do capital empregado tanto no setor produtivo (produção e beneficiamento do café) quanto em suas atividades financeiras e urbanas.

CARDOSO DE MELLO, esclarece que a atração por investimentos industriais não ocorreu em momentos de crise da economia cafeeira, quando a indústria tornava-se mais atrativa em função de sua maior rentabilidade, mas ao contrário, os investimentos industriais tornaram-se atrativos quando a economia cafeeira passava por momentos de auge de exportação, quando alcançava altos níveis de rentabilidade. Isto ocorreu, por exemplo, entre 1890 e 1894, quando a taxa de acumulação financeira ultrapassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva, sendo assim, bastava que a taxa de rentabilidade esperada da indústria fosse positiva, para atrair o capital cafeeiro. Esse

movimento do capital cafeeiro ao capital industrial foi também, beneficiado por condições favoráveis de financiamento decorrentes da política econômica do Estado, com crédito farto, instrumentos para mobilizar e concentrar capitais, o impulso dado às Bolsas, etc.

Para CARDOSO DE MELLO, a economia cafeeira ao acumular capitais, gerou capital-monetário que se transformou em capital industrial, mais que isso, criou as condições necessárias à essa transformação ao propiciar uma oferta de mão-de-obra livre, para ser empregada pelo capital industrial (economia cafeeira conseguiu isso, ao promover a imigração em massa, muito além de sua necessidade de mão-de-obra); ao criar capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e de capital (devido aos excelentes resultados de exportações da economia cafeeira). Promover tais condições só foi possível, porque estava atravessando um momento de auge exportador.

A queda da taxa de salários, devido à oferta abundante de força de trabalho, o alto grau de proteção da produção nacional, as isenções tarifárias para importação de bens de produção contribuíram para atrair capital cafeeiro às atividades industriais, ao tornarem a sua rentabilidade esperada positiva.

Nessas condições, surgiu apenas a indústria de bens de consumo assalariado, principalmente a têxtil, CARDOSO DE MELLO, ao discutir porque não surgiu, concomitantemente, a indústria de bens de produção, ou seja, porque não se constituíram, no momento do nascimento do capital industrial, as forças produtivas capitalistas, recusa aceitar como explicação, o tamanho e as

necessidades do mercado criado pela economia cafeeira, tendo em vista, que essa economia foi capaz de criar demanda tanto para bens de consumo assalariado, como para bens de capital. Esta não constituição também, não pode ser explicada pelo fato da indústria de bens de capital ser mais intensiva em capital e com maior componente de elementos importados do que a indústria de bens de consumo assalariado.

Para compreender essa questão, CARDOSO DE MELLO aponta para a necessidade de perceber o movimento do capitalismo a nível mundial, onde estava iniciando-se a fase monopolista do capitalismo e, onde os efeitos da II Revolução Industrial estavam em plena atuação, levando à profundas modificações tecnológicas na indústria pesada. Isto significou o aumento das plantas mínimas e do investimento inicial. Frente a essas inovações, a economia brasileira enfrenta problemas para concentrar e mobilizar os capitais necessário para promover sua industrialização pesada. Além dessas dificuldades, a tecnologia da indústria pesada, além de complexa, não estava disponível no mercado.

Estas dificuldades não atingiam a indústria de bens de consumo assalariados, que com sua tecnologia relativamente simples, de fácil manejo e inteiramente disponível no mercado internacional, não tinha problemas para instalar-se na economia brasileira. Para CARDOSO DE MELLO, são estes fatores que explicam porque instala-se, no Brasil, este tipo de indústria.

Este autor, tem uma visão particular das relações entre café e indústria, recusando a hipótese de que o café, age estimulando e bloqueando, alternadamente, a indústria. Existiria

uma relação contraditória entre esses dois capitais, onde o capital cafeeiro, ao mesmo tempo estimula e impõe limites à acumulação industrial, correspondendo a um determinado padrão de acumulação, que contém, ao mesmo tempo, unidade e contradição.

CARDOSO DE MELLO, analisando esse padrão de acumulação, observa, primeiramente, a reprodução do capital cafeeiro em seu conjunto, e constata que a produção de café, significa, simultaneamente, demanda por terras, meios de produção e força de trabalho, pelo lado da acumulação, e, pelo lado do gasto corrente, significa demanda por alimentos, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista. Como a demanda por meios de produção e o consumo capitalista são atendidos através da capacidade para importar gerada pelo complexo exportador cafeeiro, somente, a demanda por alimentos e bens de consumo assalariado são atendidos por produção interna, assim, internaliza-se a reprodução da força de trabalho, ao se constituir a agricultura mercantil de alimentos e o setor industrial. Dessa forma, a existência de uma relação de mútua dependência entre capital cafeeiro e capital industrial é constatada pelo autor. (4)

Mútua dependência no sentido de que a reprodução ampliada do capital cafeeiro dependia, mesmo que parcialmente, do setor industrial para a reprodução da força de trabalho empregada no setor cafeeiro, pois, cabia a este último, a produção de bens de consumo assalariado. Além disso, o setor industrial era quem oferecia novas oportunidades de investimentos para parte dos lucros extraordinários da economia cafeeira. Já o capital

industrial dependia, duplamente, do capital cafeeiro para sua expansão: em primeiro lugar, porque para repor e/ou ampliar sua capacidade produtiva dependia da capacidade para importar gerada pelo setor cafeeiro, para CARDOSO DE MELLO, este setor acaba fazendo o papel de um departamento de bens de produção; em segundo lugar, como o capital industrial não conseguia gerar seus próprios mercados, o seu crescimento dependia da expansão dos mercados externos do setor cafeeiro. Mas, como CARDOSO DE MELLO aponta, a dependência fundamental ocorre pelo lado da acumulação, revelando a ausência de forças produtivas capitalistas e, subordinando o capital industrial ao capital cafeeiro.

Buscando reter o movimento hegemônico do capital cafeeiro e sua relação contraditória com o capital industrial, CARDOSO DE MELLO recorre ao uso de um modelo cíclico, mostrando que nos períodos de expansão da economia cafeeira, quando as margens de lucro brutas do café eram superiores às do setor industrial, quando aumentava a capacidade para importar e aumentava a concorrência externa à indústria já instalada, o setor industrial defende-se acirrando a concorrência intercapitalista. Nesse momentos, ocorria um processo de concentração e centralização do capital industrial, modernizavam-se as empresas, aumentavam as suas escalas à custa da liquidação de empresas marginais. No final desse movimento, permanecem apenas as empresas mais fortes, que incorporaram progresso técnico aproveitando a capacidade para importar do período. Nas fases declinantes, com a crise totalmente instalada, tanto o complexo exportador como a indústria eram arrastados. Nesse momento, a quebra da capacidade para importar defende, de certa

maneira, o capital industrial, que recupera-se através da utilização de capacidade ociosa.

Utilizar esse modelo de ciclo conjunto entre capital cafeeiro e capital industrial, permite visualizar a forma como o setor industrial reage nos períodos de expansão cafeeira, quando a economia se abre, isto permite a modernização industrial, bem como, a concentração e a centralização do capital.

Visto tais pontos, CARDOSO DE MELLO analisa a forma como a economia brasileira articulava-se com as economias capitalistas dominantes, mostrando que a subordinação da economia brasileira em relação a elas está duplamente determinada: tanto pelo lado da realização do capital cafeeiro, como pelo lado da acumulação do capital industrial. Essa dupla dependência resulta do bloqueio da industrialização, tendo em vista a hegemonia do capital cafeeiro, predominantemente mercantil, sobre o capital industrial. A falta de maturação do capitalismo brasileiro, ao criar oportunidades de investimentos, torna o país atrativo para capitais estrangeiros.

O período 1888-1933, é identificado por CARDOSO DE MELLO, como o período de nascimento e consolidação do capital industrial, onde o significativo desenvolvimento do capital cafeeiro criou as condições para a sua própria negação, ao gerar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira conseguisse responder à "crise de 1929". Isto foi possível, graças à constituição de uma agricultura mercantil de alimentos e de uma indústria de bens de consumo assalariado, que ao expandir-se possibilitaria a reprodução da força de trabalho. Além disso,

forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de capital e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que ao expandirem-se, permitiriam a reprodução ampliada do capital constante sem necessitar recorrer às importações.

A recuperação da economia brasileira, promovida pela política econômica do Estado, permitiu a ocupação de capacidade ociosa num nível maior que antes da crise, isto significou a recomposição ou o aumento da lucratividade das empresas. A quebra da capacidade para importar, proporcionando certo protecionismo, favoreceu a taxa de lucro esperada da indústria leve de bens de capital, mas bloqueou o investimento o investimento nos outros setores devido a proibição de importação de novos equipamentos entre 1931-1937.

Para CARDOSO DE MELLO, 1933, marca o início de uma nova fase no período de transição, tendo em vista, que se tem um novo padrão de acumulação. O período 1933-1955 é identificado, (5) pelo autor, como período de industrialização restringida.

Tratar-se-ia de um processo de industrialização tendo em vista, que a dinâmica da acumulação estava baseada na expansão industrial, começa a existir um esquema endógeno de acumulação onde se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte do capital constante industrial. Mas para o autor, trata-se de uma industrialização restringida no sentido de que as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que o núcleo fundamental da indústria de bens de produção se instale, considerando-se, que isto permitiria o crescimento da capacidade produtiva à frente da demanda.

Durante a fase de industrialização restringida tem-se certo crescimento do departamento de bens de capital, mas não num ritmo à frente da demanda, mesmo assim, o setor cafeeiro deixa de depender da economia cafeeira para a realização de seus lucros, no entanto, permanece dependente da capacidade para importar gerada pela economia cafeeira e, isto impõe um limite à taxa de acumulação industrial.

O problema crucial, segundo CARDOSO DE MELLO, consiste em explicar porque a industrialização manteve-se restringida, não sendo possível instalar-se o núcleo fundamental do departamento de bens de capital de forma concentrada no tempo e adiante da demanda. Para o autor, a expansão do mercado interno de bens de consumo final não constituiria uma base adequada para surgir esse tipo de indústria.

Segundo CARDOSO DE MELLO, para promover a indústria pesada numa industrialização retardatária, como a brasileira, coloca-se como necessidade promovê-la através de saltos tecnológicos, provocando sérias descontinuidades tecnológicas, dadas as exigências de significativas economias de escalas, que exigem grande volume de investimento inicial e tecnologia sofisticada, não disponível no mercado internacional, pois controladas pelos oligopólios internacionais. Além dessas dificuldades, os riscos de investimento num capitalismo frágil, como o brasileiro, exigem forte presença do Estado, que teria como papel definir um bloco de investimentos que direcionasse a ação do capital industrial. Apesar de se constituírem em sérios obstáculos à industrialização, esses motivos não constituem a razão decisiva para a não industrialização, o motivo fundamental

reside no fato de que o capital industrial tinha oportunidades lucrativas de investimento, com baixo risco, se permanecesse na indústria já existente, limitando-se à uma leve diferenciação da mesma.

Duas condições proporcionavam a lucratividade do setor industrial: o baixo grau de concorrência intercapitalista, tendo em vista, a significativa proteção da economia brasileira; o comportamento do custo real e monetário da força de trabalho, que apresentava tendência de queda dos salários reais.

Analisando esse quadro econômico, CARDOSO DE MELLO conclui que o capital industrial nacional nunca teve a intenção de investir na indústria pesada de bens de capital. O Estado também não pode fazê-lo, tendo em vista, que a própria estruturação da padrão de acumulação industrial limitava sua ação econômica, mantendo restrita a capacidade para importar do Estado. Essas razões explicariam, segundo CARDOSO DE MELLO, porque não bastou ao Estado Novo definir um bloco de investimentos pesados.

Os problemas enfrentados pela industrialização pesada, nesse período, poderiam ser facilmente resolvidos pela grande empresa internacional, se entre 1930 e 1946, ela estivesse interessada em investir no Brasil, mas isso não ocorreu. Mas se houvesse tal interesse, seria necessário promover um bloco de investimentos concentrados no tempo, para obter certo grau de complementaridade entre os diferentes setores industriais, isto só ocorreria através de uma coordenação superior de forças.

Essas razões explicam, segundo CARDOSO DE MELLO, a

forma lenta que instalá-se o núcleo fundamental da indústria de bens de capital, explicam também, o importante papel do Estado na promoção da infra-estrutura necessária a tal instalação.

Na fase de industrialização restringida, a acumulação industrial ainda estava limitada pela capacidade para importar, além disso, observou-se um padrão horizontal de acumulação, tendo em vista, que a capacidade produtiva não conseguiu crescer à frente da demanda, nem, foram observadas significativas descontinuidades tecnológicas. Nesta fase, a economia brasileira permaneceu ocupando uma posição subordinada na economia mundial.

No período 1956-1961, onde implantou-se um bloco de investimentos altamente complementar, promove-se uma radical alteração na estrutura produtiva do país, ocorre um profundo "salto tecnológico", ampliando a capacidade produtiva muito acima da demanda.

Tem-se um novo padrão de acumulação, estava-se iniciando uma nova fase que, segundo CARDOSO DE MELLO, tinha características de um processo de industrialização pesada, ou seja, com crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de capital e bens de consumo duráveis. Observou-se a instalação autônoma, isto é, não a reboque da demanda, de setores avançados do departamento de bens de capital e do setor de bens de consumo capitalista, com grande apoio do investimento público em infra-estrutura.

A significativa expansão desse período esteve apoiada, fundamentalmente, na ação do Estado e do capital estrangeiro. A ação do Estado foi fundamental, porque investiu em infra-estrutura e indústrias de base, estimulando e direcionando o

investimento privado. Sua atuação foi essencial para estabelecer as formas de associação entre capital estrangeiro e capital privado nacional. CARDOSO DE MELLO esclarece que a empresa estrangeira vem ao Brasil, não apenas pelas boas oportunidades de investimentos, dado que elas sempre existiram, mas, principalmente, devido à própria dinâmica da concorrência capitalista, a nível mundial.

Apesar, do processo de industrialização pesada ter ficado a cargo do Estado e da empresa oligopolista, o capital privado nacional não foi excluído desse processo, sua participação no setor de bens de consumo assalariado foi mantida e, beneficiou-se do aumento da massa de salários provocado pelo investimentos do Estado e do capital internacional. CARDOSO DE MELLO aponta que houve um entendimento perfeito entre Estado, empresa internacional e empresa nacional na promoção da industrialização pesada.

Mas, a este período de expansão significativa, segue-se, segundo o autor, um período de crise, compreendida entre 1962 e 1967, tendo em vista, que cessam os efeitos dinâmicos do bloco de investimentos realizados no período exterior. Além disso, findo esse bloco de investimentos, há um desajuste entre a estrutura da demanda e a capacidade produtiva subutilizada.

Dessa forma, CARDOSO DE MELLO encara a industrialização pesada como um ciclo de acumulação compreendendo dois momentos: expansão, entre 1956 e 1961 e, depressão, entre 1962 e 1967. Onde no fim do ciclo tem-se a conclusão do processo de industrialização, estando assegurada a auto-determinação do

capital.

É dessa forma, que CARDOSO DE MELLO encara a transição capitalista no Brasil. Expondo, em linhas gerais, o movimento da economia brasileira durante o processo de industrialização, mostra sua evolução, nas diferentes fases de uma industrialização retardatária, como os elementos vão se interligando, criando condições para que esse processo avance e seja concluí

NOTAS

- (1) - CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- (2) - CARDOSO, Fernando Henrique. As classes sociais da América Latina. São Paulo, mimeo, 1973, p. 11, apud CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 35.
- (3) - SILVA, Sérgio S. Le café et l'Industrie au Brésil (1888/1932) Paris, 1973 mimeo, p. 4/5 apud Idem. ibidem, p. 97
- (4) - Idem. ibidem, p. 104.
- (5) - TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declinação del processo de sustentación de importaciones al Brasil. Boletín Economico para América Latina, marzo, 1964. apud Idem. ibidem, p. 110

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. 7 ed.
São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 22 ed.
São Paulo, Ed. Nacional, 1987.
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil 34 ed.
São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RODRIGUES, Otavio. Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal.
Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.